



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**CAROLINA REGO SOUZA**

**VILAS OPERÁRIAS E AS RECONFIGURAÇÕES URBANAS DE**  
**SANTO AMARO NO SÉCULO XX**

**RECIFE**

**2025**

# **VILAS OPERÁRIAS E AS RECONFIGURAÇÕES URBANAS DE SANTO AMARO NO SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dra. Mariana Zerbone

**RECIFE**

**2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Sistema  
Integrado de Bibliotecas da UFRPE Bibliotecário(a): Ana Catarina  
Macêdo – CRB-4 1781

S719v Souza, Carolina Rego.

Vilas operárias e as reconfigurações urbanas de Santo  
Amaro no século XX / Carolina Rego Souza. – Recife, 2025.  
50 f.; il.

Orientador(a): Mariana Zerbone Alves de  
Albuquerque.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –  
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em  
História, Recife, BR-PE, 2025.

Inclui referências.

1. Urbanização - Recife (PE). 2. Habitação - Recife (PE). 3.  
Gentrificação. 4. Favelas - Recife (PE)  
5. Santo Amaro (Recife, PE) - História. I. Albuquerque, Mariana  
Zerbone Alves de, orient. II. Título

CDD 909

CAROLINA REGO SOUZA

**VILAS OPERÁRIAS E AS RECONFIGURAÇÕES URBANAS DE  
SANTO AMARO NO SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de História da Universidade Federal  
Rural de Pernambuco, como requisito para a  
obtenção do título de Licenciada em História.

Recife, 17 de fevereiro de 2025

Banca Examinadora

---

Orientador: Mariana Zerbone Alves de Albuquerque - Universidade Federal Rural de  
Pernambuco

---

Giselda Brito Silva - Universidade Federal Rural de Pernambuco

---

Suely Creusa Cordeiro de Almeida - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização deste trabalho.

Primeiramente, agradeço imensamente à minha professora orientadora, Mariana Zerbone, pela orientação, dedicação e apoio constantes. Sua expertise, paciência e incentivo foram fundamentais para o desenvolvimento deste TCC.

Agradeço ao Departamento de História pela formação oferecida ao longo do curso e pela infraestrutura necessária para a realização desta pesquisa. Ao Laboratório de Estudos e Ensino sobre o Recife - RECLAB, pela troca de experiências, pelo apoio nos estudos e pela convivência enriquecedora ao longo deste processo. As discussões e aprendizados no laboratório foram fundamentais para o amadurecimento deste trabalho.

Agradeço também ao Instituto de Inovação, Pesquisa, Empreendedorismo, Internacionalização e Relações Institucionais – Instituto IPÊ da UFRPE e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e pelo apoio institucional que possibilitou o desenvolvimento deste estudo.

Sou grata ao Departamento de Qualidade de Vida (DQV) da UFRPE, pelo cuidado, apoio e atenção dedicados ao meu bem-estar ao longo de todo o processo. O suporte dessa equipe foi fundamental para que eu conseguisse equilibrar minha vida pessoal e acadêmica. Em especial, agradeço à Ziroka, à Vaninha e minha psiquiatra Marcela Couto pela recepção, carinho e apoio incondicional. Seus gestos de cuidado foram essenciais para que eu superasse os desafios deste percurso.

Aos meus familiares, meu agradecimento eterno pelo amor, paciência e compreensão durante todo esse percurso. Sem o apoio de vocês, este trabalho não teria sido possível. Um agradecimento especial à minha mãe, Regina, à minha tia, Rose, e ao meu irmão, Caio, pelo apoio incondicional e pelo carinho constante.

Agradeço também à família do meu marido: meu sogro, Gilson, minha sogra, Joseana, e minha cunhada, Gabi, pelo acolhimento e por estarem sempre presentes nos momentos mais desafiadores.

Um agradecimento muito especial à minha sobrinha, Maria Alice, o amor de tia, que me enche de alegria e motivação todos os dias. Às minhas cadelas, Brisa e Jujuba, que com seu carinho e companhia me proporcionaram momentos de tranquilidade e afeto.

Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado em todos os momentos, oferecendo apoio, amizade e força para seguir em frente. Agradeço à Mayara Leal e Jesus Anderson, e aos meus amigos e colegas de curso, em especial a Gustavo Lins (em memória) pelo carinho, conversas, risadas e reclamações que me ajudaram a superar os desafios e concluir esta jornada. Cada um de vocês teve um papel único e importante em minha trajetória, e sou profundamente grata pela amizade e apoio que sempre me ofereceram.

Gostaria de expressar minha gratidão aos meus queridos amigos torcedores do Sport Club do Recife. A energia, o companheirismo, o estresse e as risadas compartilhadas ao longo dessa caminhada fizeram toda a diferença, e são momentos como esses que tornam a vida ainda mais especial. A paixão pelo nosso clube é um elo que nos une e, com certeza, foi uma fonte de motivação em muitos momentos.

Por fim, quero expressar minha profunda gratidão ao meu marido, Luan Costa, pelo apoio incondicional, pela paciência infinita, pela compreensão e, sobretudo, pelo amor constante. Sua presença ao meu lado foi essencial para que eu pudesse superar os desafios e concluir este trabalho com êxito. Sem você, nada disso seria possível. Te amo, e sou eternamente grata por tudo o que faz por mim.

A todos, minha eterna gratidão.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as transformações territoriais, urbanísticas e sociais ao longo do tempo no bairro de Santo Amaro. É fundamental destacar que, no início do século XX, as políticas urbanas higienistas e eugenistas tiveram grande influência nas mudanças ocorridas na cidade do Recife. A partir da intervenção do governo estadual, sob a liderança de Agamenon Magalhães, que visou a eliminação e remoção dos Mocambos, iniciou-se um intenso processo de gentrificação, promovendo uma nova dinâmica de modernização e higienização urbana. Esse processo resultou em significativas alterações no espaço urbano, incluindo a construção de diversas vilas operárias em Santo Amaro, tanto por iniciativas da Liga Social Contra o Mocambo quanto por investimentos privados.

**Palavras-chave:** Urbanização; Santo Amaro; Gentrificação; Mocambos; Vilas operárias.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the territorial, urban, and social transformations over time in the Santo Amaro neighborhood. It is essential to highlight that, in the early 20th century, hygienist and eugenic urban policies had a significant influence on the changes that occurred in the city of Recife. Following the intervention of the state government, led by Agamenon Magalhães, which targeted the elimination and removal of *Mocambos*, an intense gentrification process began, promoting a new dynamic of urban modernization and sanitization. This process led to significant alterations in the urban space, including the construction of several workers' villages in Santo Amaro, driven both by initiatives from the *Liga Social Contra o Mocambo* and private investments.

**Keywords:** Urbanization; Santo Amaro; Gentrification; *Mocambos*; Workers' villages.

## SUMÁRIO

|                                                                                       |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                | <b>8</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 - A HISTORIOGRAFIA DO BAIRRO DE SANTO AMARO EM RECIFE.....</b>          | <b>13</b> |
| 1.1 NASCIMENTO DE UM BAIRRO.....                                                      | 13        |
| 1.2 ARQUITETURA E TRANSFORMAÇÃO URBANA DA CIDADE DO RECIFE                            | 16        |
| <b>CAPÍTULO 2 - DA LAMA AO CAOS: DOS MOCAMBOS ÀS VILAS OPERÁRIA..</b>                 | <b>18</b> |
| 2.1 A LAMA COME NO MOCAMBO.....                                                       | 19        |
| 2.2 A LIGA SOCIAL CONTRA O MOCAMBO: PROGRESSO OU CAOS?.....                           | 23        |
| 2.3 VILAS OPERÁRIAS: DA NECESSIDADE AO MODELO HABITACIONAL....                        | 32        |
| <b>CAPÍTULO 3 - SANTO AMARO: O CONFLITO ENTRE LEIS, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA.....</b> | <b>38</b> |
| 3.1 ENTRE A LEGISLAÇÃO E O USO DO SOLO.....                                           | 38        |
| 3.2 A RESISTÊNCIA DAS VILAS OPERÁRIAS: LUTA, IDENTIDADE E SOBREVIVÊNCIA URBANA.....   | 41        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                      | <b>45</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                                                | <b>47</b> |

## INTRODUÇÃO

A história das cidades é um campo de estudo multifacetado que transcende as análises puramente espaciais e funcionais, incorporando elementos culturais e emocionais que moldam o tecido urbano ao longo do tempo. Nesse sentido, a obra "Cartografia Sentimental" de Suely Rolnik destaca a importância das subjetividades e das experiências individuais na construção do significado das cidades. Rolnik argumenta que as cidades não são meramente estruturas físicas, mas também locais de encontros, afetos e histórias pessoais.

Sandra Pesavento, em "Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano" e também em "História, Memória e Centralidade Urbana", expande essa abordagem cultural ao argumentar que a história das cidades não deve ser restrita à análise de suas dimensões geográficas e arquitetônicas. Essa abordagem destaca como os espaços urbanos são espaços de criação e interpretação de significados, nos quais as identidades individuais e coletivas são moldadas através das interações com o ambiente construído e as dinâmicas sociais.

Lúcia Oliveira, em "Cidade: História e Desafios", por sua vez, adiciona uma dimensão crítica à análise urbana, abordando os desafios enfrentados pelas cidades contemporâneas. Ela enfatiza a necessidade de compreender as transformações urbanas à luz das mudanças sociais, econômicas e políticas. A autora explora como a centralidade urbana é reconfigurada ao longo do tempo e como as cidades respondem a questões como globalização, gentrificação e desigualdades socioespaciais.

Com o avanço da onda modernizadora sobre todo o mundo, em Recife não foi diferente. A cidade começou a expandir-se e foi-se adentrando cada vez mais nas zonas suburbanas. Além das estradas e avenidas houve a chegada dos bondes e transportes terrestres, o que proporcionou maior ocupação de zonas afastadas do centro.

Recife estava crescendo muito rápido, e as mudanças e progressos urbanos não davam conta de acompanhar esse crescimento. A cidade precisava de um plano de expansão urbana e foi Saturnino de Brito que proporcionou à cidade propostas e planos até hoje efetivos e utilizados em Recife.

Sendo um dos principais responsáveis por esta prática, Agamenon Magalhães trouxe a Recife uma nova dinâmica de modernização e higienização da cidade. Santo Amaro, por exemplo, recebe diversas vilas, quer populares, quer operárias, construídas com objetivo de "promover a extinção desse tipo de moradia (mocambos) e a incentivar a construção de casas populares, dotadas de condições higiênicas e de fácil aquisição".

Santo Amaro, ainda no século XIX, passa por diversos e diferentes processos de transformações. Voltado para a dinâmica do Porto da Cidade, o bairro recebe projetos de estruturação e também diligências políticas, econômicas e sociais. O pequeno povoado dos Arrecifes cresceu, transformou-se e se expandiu. A priori, foi transformado em núcleo principal de ocupação da cidade de equipamentos voltados para a saúde, doença e morte, sendo majoritariamente ocupado por população de baixa renda.

A grande crescente populacional no centro da cidade do Recife ocasionou a construção desordenada de moradias irregulares. Conhecida como mocambos, eram habitações muitas vezes ocupadas pelos trabalhadores locais, pescadores e desempregados da época. Ocupavam grande parte dos alagados do Recife, não só no centro, como também no decorrer das áreas suburbanas, como por exemplo, Santo Amaro.

A preocupação dos governantes na época, não era com os mocambeiros em si, mas sim com a questão da higiene e sanitarismo da cidade. O discurso sanitarista e eugenista no urbanismo apresenta uma forma de ver a cidade e moradia interligando a residência à formação do caráter (LIRA, 1999).

Um dos primeiros prefeitos do Recife a se preocupar com a melhoria da cidade, sobretudo nos seus aspectos estéticos, foi Lima Castro. Castro inaugurou uma vila operária para tentar mudar a situação dos mocambos na cidade. Porém, não obteve o retorno desejado visto que não bastava apenas construir as casas, haveria de ter todo um processo de mudança de hábitos.

No Recife, encontramos o mocambo como portador do estigma execrável: moradia denegro, de ex-escravo, de pobre; torna-se símbolo do atraso e da desordem que envergonha todo o Estado. Agamenon, por sua vez, usa seu discurso para defender o morador do mocambo, honesto, porém desvirtuado pelo mocambo que não é só uma habitação anti higiênica, é um fator psicológico de depressão social. Proporcionar ao trabalhador mocambeiro um salário adequado, além de construir e financiar casas a baixo custo, seria um verdadeiro caminho para salvação do morador do mocambo.

Em 1937 cria-se a Cruzada Social Contra o Mocambo, e, a posteriori, em 1939, a Liga Social Contra os Mocambos, uma promotora do bem social e moral, progresso e com ligação à moradia própria, vindo como uma salvação para os moradores do mocambo. Para Pandolfi (1984), a grande empreitada para a construção de moradias populares se deu de fato através da Liga que busca não apenas o aterro de alagados e financiamento de casas, mas também uma “reintegração social” daqueles sujeitos contaminados pelo ambiente sujo no qual

residiam, criando centros educativos e proporcionando assistência médica, lazer e diversas atividades socioculturais que permitam aos ex-mocambeiros suas existências em vida digna.

Anterior a criação da Liga Social Contra os Mocambos, foram realizadas algumas iniciativas em prol dos mocambeiros, dentre elas, as que mais se destacaram foram: Fundação Casa Operária entre 1922 e 1926, através do Departamento de Saúde e Assistência, dirigida pelo médico Amaury de Medeiros, construindo algumas vilas, no Arraial, Torre e nas imediações da maternidade dos Afogados, porém sem continuidade; e a Comissão Censitária Dos Mocambos criada em 1938.

Formada por uma equipe de profissionais de diversas áreas, a Comissão atuou por cerca de um ano coletando dados nas mais diversas regiões da capital. O resultado deste trabalho foi publicado nas Observações Estatísticas sobre os Mocambos do Recife (1939). As informações alcançadas analisam diversas instâncias, tais como: habitação (aluguel do mocambo ou do chão); população no geral; chefes de família; proprietários; e terrenos adequados para construção de casas populares.

De posse dos dados obtidos pela Comissão, a Liga estabeleceu critérios para a execução do plano de construção de casas econômicas reunidos em três programas: casas para fins assistenciais, casas para operários sindicalizados e contribuintes dos Institutos de Previdência e Caixas de Pensões, e casas para candidatos de todas as atividades profissionais. De acordo com os programas, procurava-se resolver os problemas constatados pelo Censo e pelos inquéritos domiciliares. Em primeiro lugar foram atendidas as mulheres chefes de família, depois os trabalhadores por categorias profissionais e, por último, o restante da população (LAVÔR, 2006, p. 54).

No bairro de Santo Amaro, os principais sítios destinados às novas moradias localizavam-se nas proximidades do Cemitério de Santo Amaro e nas áreas de alagado e era onde existia maior concentração dos mocambos. De imediato, foram construídas três vilas que foram destinadas às chefes de família, duas delas erguidas em Santo Amaro: vila das cozinheiras (1941) e das costureiras (1941) Um forte trabalho assistencial e social foi realizado com e para as moradoras das novas vilas, visando a geração de renda e qualificação profissional. Estas, foram os exemplos referenciais das propagandas ideológicas e políticas do interventor do Estado, com o objetivo de combater os mocambos.

Acenava para a classe trabalhadora que, além de receber moradia, poderia se especializar nos Centros Educativos Operários, morar perto do trabalho, e ter direito a espaços

públicos de qualidade próxima à residência, além de equipamentos sociais. (BONDUKI, 2013,p. 21).

A escolha do tema deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo compreender o impacto da implantação das vilas operárias no bairro de Santo Amaro ao longo do século XX, analisando as transformações urbanísticas e sociais decorrentes desse processo. Essa justificativa se baseia na relevância acadêmica, social e histórica dessa temática, bem como na escassez de estudos aprofundados sobre o assunto.

A análise das vilas operárias como elemento transformador no contexto urbano e social de Santo Amaro é fundamental para a compreensão da história do bairro e de suas transformações ao longo do século XX. A falta de estudos aprofundados sobre esse tema especificamente relacionado ao bairro de Santo Amaro indica a necessidade de investigação para preencher essa lacuna e ampliar o conhecimento histórico da região.

Além disso, a relevância social desse estudo é inegável. As vilas operárias representam um importante marco na história da urbanização e das relações sociais no Brasil. Ao analisar as transformações urbanísticas e sociais provocadas pela implantação dessas vilas em Santo Amaro, será possível compreender como a organização espacial influenciou a qualidade de vida dos trabalhadores, a formação de comunidades, a estruturação dos serviços públicos e a dinâmica social no bairro.

Apesar das transformações urbanas ocorridas no bairro de Santo Amaro ao longo do século XX, as vilas operárias ainda deixaram um legado e têm impacto na configuração atual do bairro. Com a rápida expansão urbana, a gentrificação e a especulação imobiliária, é necessário compreender as origens e os desdobramentos dessas vilas para preservar a memória histórica. Essa compreensão contribuirá para o debate atual sobre políticas urbanas, habitação popular e inclusão social, possibilitando reflexões e propostas de intervenção em áreas urbanas similares.

Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo preencher a lacuna existente na literatura acadêmica sobre as transformações urbanísticas e sociais provocadas pela implantação das vilas operárias no bairro de Santo Amaro. Investiga como a implantação das vilas operárias contribuiu para as transformações urbanísticas e sociais no Bairro de Santo Amaro ao longo do século XX. Também identifica os novos arranjos urbanísticos e o surgimento de novos fluxos que se estruturam com a construção das vilas operárias, bem como analisa o processo de implantação das vilas operárias em Santo Amaro na primeira metade do século XX.

Para o desenvolvimento desta pesquisa de natureza qualitativa e histórica foi realizado um levantamento documental e iconográfico, em bibliotecas, arquivos centros de pesquisa e documentação, instituições públicas e privadas, sobre o bairro de Santo Amaro e a construção das vilas operárias no século XX, além de compreender a nova dinâmica da Cidade do Recife frente a modernização. Usou-se fontes como Bonduki, Bezerra, Gominho e Pandolfi para me inteirar do assunto com mais apropriação, uma vez que falam da dinâmica das vilas operárias bem como a retirada dos mocambos e Agamenon Magalhães no Recife e também Boris Kossoy para realizar uma leitura iconográfica com melhor aprofundamento teórico.

Ao trabalhar com os textos de Suely Rolnik, Sandra Pesavento e Lúcia Oliveira, é possível construir uma fundamentação teórica que enfatiza a importância das emoções, das práticas culturais e da crítica social na abordagem da história das cidades. Essa abordagem holística oferece uma perspectiva mais completa e rica sobre a evolução urbana, considerando não apenas a dimensão física, mas também as dimensões emocionais, culturais e sociais que moldam as experiências urbanas ao longo do tempo.

Foram analisadas fontes primárias disponíveis no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, como recortes de jornais com notícias acerca da construção de vilas que eram bastante divulgadas nos periódicos locais. Estas construções eram frequentemente divulgadas como algo muito benéfico, seja como bem social, econômico e progressista, contando com o imaginário e a alienação sobre o mal do mocambo como algo a ser sanado, extinto.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, será apresentada a historiografia do bairro de Santo Amaro; dividido em 1.1 abordando o nascimento do bairro, 1.2 a arquitetura e transformação urbana da cidade do Recife. No capítulo 2, explica a retirada dos mocambos e a criação da LSCM; é seccionado em 2.1 que descreve o mocambo no Recife, surgimento e resistência, o 2.2 aborda a Liga Social Contra o Mocambo e o 2.3 analisa o surgimento de um novo modelo habitacional: as vilas operárias. No terceiro capítulo trata sobre o conflito entre leis, território, e resistência em Santo Amaro. Separados em 3.1 que trata sobre a legislação e o uso do solo e o 3.2 que discute a resistência das vilas operárias: luta, identidade e sobrevivência urbana em Santo Amaro. Termina com as considerações finais refletindo sobre a especulação imobiliária que incide sobre a cidade do Recife, bem como no bairro de Santo Amaro, destacando a persistência das casas das vilas operárias existentes na região.

## CAPÍTULO 1 - A HISTORIOGRAFIA DO BAIRRO DE SANTO AMARO EM RECIFE

### 1.1 NASCIMENTO DE UM BAIRRO

Para abordar o bairro de Santo Amaro primeiro temos que explorar sua formação, consequentemente, a formação da cidade do Recife. Desde de suas primeiras cartografias, nota-se que a cidade é uma intensa batalha entre terra e água, sendo assim, formada grande parte da sua estrutura hoje, por aterros. Santo Amaro, então, surge de sucessivos aterros em sua área, correspondente a cerca de 40% de sua área total hoje.

Segundo a FUNDARPE<sup>1</sup>, a região hoje conhecida como Santo Amaro, fica até hoje entre Olinda e Recife. A região é descrita por Duarte Coelho, como várzea do Rio Beberibe, na ribeira do mar até o Varadouro. A área ficou conhecida, desde antes de 1630, como Salinas de Francisco do Rego. A área é descrita como “uma zona de terrenos pantanosos, cobertos de mangue que nas grandes marés e cheias do rio ficavam completamente alagados.”<sup>2</sup>

Figura 1: Planta do Recife de A. Drewisch, 1631. Com montagem gráfica do Recife em 1648 por JLMM.



Fonte: Atlas Histórico e Cartográfico do Recife.

A figura mostra como o local fora ocupado pelos holandeses em 1630, e que, logo de imediato, houve a construção do Forte Waerdenburch, localizado na Ilha d'Asseca, posteriormente destruído e a ilha aterrada ligando-se ao continente. Segundo o escritor Francisco Pereira da Costa, o forte ficava em frente à atual ponte da rua da Aurora, sendo também um dos primeiros elementos encontrados nas plantas da cidade do Recife de 1648.

<sup>1</sup> Território Santo Amaro: patrimônios e potencialidades. **Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Recife – FUNDARPE**, 2010.

<sup>2</sup> COSTA, Pereira da. **Anais Pernambucanos**. v.2. p. 500.

Durante a fixação holandesa no Recife, as salinas de Luís do Rego Barros se tornaram um importante posto de controle das emboscadas da resistência. Uma das principais missões da resistência foi o impedimento da construção do Forte do Brum.

Importante ressaltar que, de acordo com Guerra<sup>3</sup>, pesquisadora da Fundação Guararapes, o local já era frequentado por conta da indústria da fabricação de sal. Tendo os holandeses, depois de desembarcados nas praias de Olinda e do Recife, se firmado nas lutas para a conquista de toda a capitania, a 11 de julho de 1630 intentaram a primeira investida contra as salinas mal protegidas de Rêgo Barros.

Os holandeses, após a conquista do local, instalaram um Forte, o Forte das Salinas. Os holandeses confinados em Recife e na cidade Maurícia, os luso-brasileiros marcaram o início da retomada do Recife, conquistando o Forte. Em 1816, o forte encontrava-se em ruínas. Nas suas proximidades foi erguida uma capela dedicada a Santo Amaro, devido ao dia do santo que era comemorado na data em que o forte holandês funcionava.<sup>4</sup>

Destinado a crescer por conta de seu porto, O Recife e seu povoado se espalhavam pelas outras áreas em torno da ilha e da península. No século XIX, de acordo com o Atlas Histórico e Cartográfico do Recife, as terras dos muitos engenhos, situados à volta da área habitada, passaram a ser então destinadas para novas moradias.

Neste tempo, Santo Amaro passa por diversos e diferentes processos de transformações. Voltado sobretudo para a dinâmica do Porto da Cidade, Santo Amaro recebe projetos de estruturação e também diligências políticas, econômicas e sociais. O pequeno povoado dos Arrecifes cresceu, transformou-se e se expandiu.

Ganha destaque o Hospital dos Lázaros do Recife, que de acordo com os Anais Pernambucanos (COSTA, 1953) foi inaugurado em 1789 pelo governador geral D. Tomás José de Mello no bairro de Santo Amaro, tendo sido originário do asilo fundado em 1714, na Boa Vista pelo Padre Antonio Manoel. Abrigou 1.440 leprosos, até o ano de 1880. Em agosto de 1940, o hospital foi fechado, sendo os seus doentes transferidos para a Colônia Mirueira.

O início do processo de urbanização e modernização da cidade do Recife revela três grandes áreas de densidade populacional: Recife, Santo Antônio e São José. É a partir deste cenário de grande crescimento demográfico que se inicia o processo de expansão para as áreas suburbanas da cidade. Para Reynaldo<sup>5</sup>, este crescimento exige construção de equipamentos

---

<sup>3</sup> GUERRA, Flávio da Mota. **Velhas igrejas e subúrbios históricos**. Recife: Fundação Guararapes, 1970.

<sup>4</sup> CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e seus bairros**. Câmara Municipal do Recife, 1998. p.72.

<sup>5</sup> Amélia Reynaldo Arquiteta. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco. Doutora pela Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona (1998). Participam do trabalho

públicos, dotação de serviços urbanos, tais como o transporte público, redes de abastecimento d'água e de esgoto, elaboração do regulamento de construção e articulação viária, resultando em notáveis intervenções do período.

Santo Amaro, a priori, foi transformado em núcleo principal de ocupação da cidade de equipamentos voltados para a saúde, doença e morte, sendo majoritariamente ocupado por população de baixa renda. Erguido e projetado pelo Engenheiro José Tibúrcio Pereira de Magalhães, Recife recebe, entre 1872 e 1892 o Hospital de Santo Amaro, com objetivo de ser um asilo de mendicância, destinado a receber os mendigos da cidade. Além de ter vários prédios e instituições públicas, Santo Amaro também conta com dois grandes cemitérios: Cemitério de Santo Amaro, inaugurado pelo Conde da Boa Vista em 1851 e o Cemitério dos Ingleses, construído no início do século XIX.

A questão da mobilidade fez surgir três principais rotas terrestres em Santo Amaro: Estrada de Olinda, Estrada de Ferro do Limoeiro e Estrada João de Barros, hoje, Avenida Cruz Cabugá, Avenida Norte e Avenida João de Barros, respectivamente, permitiram o gradual crescimento da população, especialmente ao longo de suas extensões.

Figura 2: Bairro de Santo Amaro em Planta da Cidade do Recife e seus Arredores, F.H.Carls, década de 1870.



Fonte: Biblioteca Nacional, 1870, editado por Andressa Bezerra de Santana.

Com o avanço da onda modernizadora sobre todo o mundo, em Recife não foi diferente. A cidade começou a expandir-se e foi-se adentrando cada vez mais nas zonas

suburbanas. Além das estradas e avenidas houve a chegada dos bondes e transportes terrestres, o que proporcionou maior ocupação de zonas afastadas do centro.

## 1.2 ARQUITETURA E TRANSFORMAÇÃO URBANA DA CIDADE DO RECIFE

Recife estava crescendo demograficamente muito rápido e as mudanças e progressos urbanos não dava conta de acompanhar esse crescimento. A cidade precisava de um plano de expansão urbana e foi Saturnino de Brito<sup>6</sup> que proporcionou à cidade propostas e planos até hoje efetivos e utilizados em Recife.

De acordo com Arruda e Sá Carneiro (2006, p. 111) existem dois momentos em que existe uma preocupação com a construção da cidade e de suas paisagens. São eles: com Maurício de Nassau e a ocupação holandesa e com Saturnino de Brito no início do século XX.

O Recife sempre teve uma relação estreita entre terra-água. Além do aumento da população e consequentemente da poluição humana, a introdução dos transportes terrestres e o abandono das canoas, fez com que a água, antigamente limpa e potável, agora suja e fonte de doenças.

Na segunda metade do século XIX, segundo o Atlas Histórico e Cartográfico do Recife, na cidade do Recife instalou-se um sistema de esgotamento sanitário por iniciativa e execução de uma companhia inglesa - a Recife Drainage Company Ltda. Nos primeiros anos do século XX, diante das péssimas condições dessa rede de esgotos, destruída pelo tempo e falta de manutenção, o governo estadual resolveu instalar outra toda nova.

Assim, para as autoras<sup>7</sup>, o Governo do Recife buscou propostas de saneamento para modificar a preocupante questão sanitária e, em 1909, encomendou-se o projeto de saneamento do engenheiro sanitaria Saturnino de Brito.

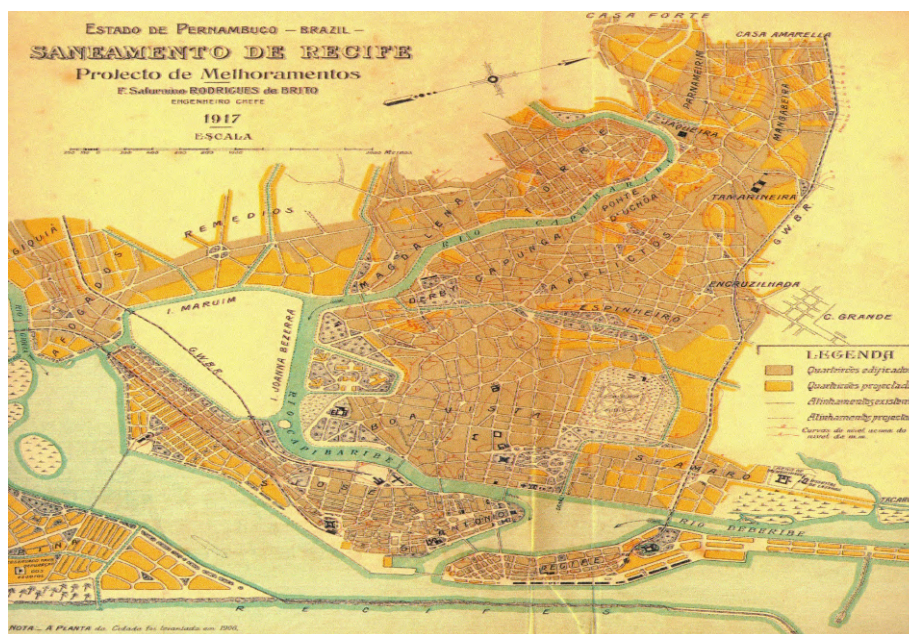
A compreensão de seu pensamento referenciando-se nas propostas para os planos das cidades brasileiras que aliava os princípios sanitaristas a novos elementos de nascente movimento modernista em arquitetura e urbanismo, incorporando os projetos arquitetônicos a uma proposta de expansão da cidade. A proposta comportava basicamente: um projeto para saneamento,

<sup>6</sup> “O engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, carioca de nascimento, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1886, desde cedo dedicou-se ao sanitarismo e se tornou o maior expoente no país, até 1924, quando faleceu em Pelotas-RS, enquanto realizava o plano dessa cidade. Destaca-se, na sua atuação, a posição de sempre ter defendido a necessidade da elaboração de um plano para a cidade, antes mesmo de projetar as redes de infraestrutura e saneamento, já que essas deveriam crescer com a cidade.” Os arquitetos Daniel Tochetto e Célia Ferraz discutiram em um artigo sobre “O urbanismo de Saturnino de Brito e as ressonâncias provocadas” sobre a relevância de Saturnino de Brito e seus projetos na revista Núcleo Temático de pesquisa em arquitetura e urbanismo do instituto de arquitetura e urbanismo iau-usp em 2015.

<sup>7</sup> ARRUDA, Juliana Bandeira de. Arquiteta da Universidade Federal de Pernambuco, mestranda do programa de pós-graduação em desenvolvimento urbano MDU/UFPE. SÁ CARNEIRO, Ana Rita. Arquiteta, PhD, professora da graduação e pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, membro do Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial - CECI e coordenadora do Laboratório da Paisagem da UFPE.

englobando o esgotamento sanitário e o abastecimento de água; um plano de expansão para a cidade, com a incorporação de bairros residenciais e um projeto de melhoramento urbano. (ARRUDA; SÁ CARNEIRO, 2006, p.113)<sup>8</sup>

Figura 3: O saneamento de Recife, Pernambuco, PE, 1909-1915.



Fonte: BRITO, Saturnino Rodrigues de. Obras Completas Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. vol., IX.

O que antes era quase escasso e restrito em Santo Amaro, recebendo apenas pontos como o Asilo da Mendicidade, Hospital de Lazarentos, o Cemitério e o Parque 13 de Maio, o bairro agora conta com sistema de saneamento no decorrer de todas as avenidas e ruas. Saturnino não só teve projetos como abastecimento de água e esgotamento que contemplaram Santo Amaro, mas também teve o Plano de Arruamentos, visando o aproveitamento de áreas alagáveis para a futura expansão da cidade, o que implicava na construção de canais, aterros e avenidas.

A modernização na cidade do Recife trouxe consigo diversas mudanças para a cidade, sobretudo estrutural. Com a queda da bolsa de valores de NY de 1929, desencadeou a crise do café e também a do açúcar, além da seca que assolava principalmente o semiárido nordestino. Muitos dos trabalhadores do interior do país ficaram sem emprego, buscando assim melhores oportunidades de vida nas grandes cidades.

Recife estava vivendo o auge de sua época moderna. De acordo com Rezende<sup>9</sup>, Francisco Rego Barros, o Conde da Boa Vista, deu início a uma série de mudanças na maneira

<sup>8</sup> id. A estética urbana no projeto de Saturnino de Brito (1887-1929). **Paisagem Ambiente**: ensaios - n. 22 - São Paulo - p. 110 - 121 - 2006.

<sup>9</sup> REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. 2.ed - Recife: Ed. UFPE, 2016.

de organização da cidade. Influenciado pelos estudos na França, trouxe inclusive técnicos e trabalhadores franceses. Na época, não havia nem luz pública, nem água encanada, nem tampouco saneamento.

O avanço do capitalismo fez com que essa onda modernizadora tomasse conta das grandes cidades do mundo. As cidades passaram por transformações significativas para atender os progressistas com desejo de atingir a “verdadeira civilização”.<sup>10</sup>

O projeto de modernização do Recife, pós anos 1920, trouxe consigo uma gentrificação social no centro da cidade. A grande quantidade de imigração ocasionou crescimento desordenado de moradias irregulares, os mocambos, que até os anos 50 ocupavam grande parte nos entornos alagados da cidade, transformando-se em um grande problema a ser enfrentado pelos políticos e governantes da época.

---

<sup>10</sup> Ibid., p. 41.

## CAPÍTULO 2 - DA LAMA AO CAOS: DOS MOCAMBOS ÀS VILAS OPERÁRIA

### 2.1 A LAMA COME NO MOCAMBO

Para melhor entender, no Brasil, “mocambo” era utilizado para descrever habitações precárias dos escravos nas senzalas e também para referir-se às comunidades quilombolas. Hoje em dia, o termo é usado para se referir a qualquer habitação precária ou de comunidade marginalizada, especialmente àquelas que sofrem com falta de serviços básicos como abastecimento de água, saneamento, saúde e educação. De acordo com o engenheiro Bezerra (1965)<sup>11</sup>, em seu admirável estudo sobre alagados e mocambos, as habitações eram construídas com materiais precários, como palha, barro, madeira e outros objetos encontrados no ambiente natural.

Os mocambos, no Recife especialmente, eram erguidos nos mangues, nas encostas e margens dos rios que cortam toda a cidade, o que ia contra todas as ideias eugenistas e higienistas da sociedade e da Recife “moderna”. O discurso sanitarista no urbanismo apresenta uma forma de ver a cidade e a moradia diretamente como uma formação do caráter, o que se conclui que tais habitações - e seus moradores - são símbolos do atraso e da desordem que envergonha todo o estado.

Uma das primeiras providências tomadas quanto ao problema das habitações precárias na cidade do Recife, foi fixar e resolver a questão do domínio da terra, no que diz respeito à sua posse e à sua propriedade. De acordo com a servidora social Lima (2012),

cria-se uma modalidade associada ao sistema de doação que ganha corpo no pagamento do foro, e garante ao requerente o direito de explorá-la. [...] Com os terrenos formalmente aforados, portanto, com poderes sobre a terra, os seus foreiros utilizaram-se da prática de derrubar mocambos para aterrar lotes ou ainda cobrar dos moradores daquela nesga de terra o “aluguel do chão”.

Na metade do século XX, a planície recifense teve um grande crescimento populacional o que “forçou” uma ocupação das áreas de manguezais e alagados, com base no aterro e loteamento da área. Construir mocambos e alugá-los ou até comprá-los para fazer fonte de rendimentos. Os aforamentos dos terrenos de marinha, por exemplo, surgiram em face ao interesse de indústrias e comércios que se localizavam próximos à margem do mar, o que facilitaria o recebimento e o embarque de seus produtos e ainda despejar resíduos de seus fabricos ou comércio.

Formou-se uma verdadeira indústria, com donos de terra cobrando o “chão a mais de 700 mocambos” (GOMINHO, 1993). Quando a pressão social, política, econômica e até

---

<sup>11</sup> BEZERRA, D. U. C. (1965). Alagados, mocambos e mocambeiros. Recife, Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/Imprensa Universitária.

policial dos adversários tornou-se muito forte, os mocambeiros criaram “sociedades” para defender seus modestos interesses habitacionais. Uma das mais antigas sociedades é a “Liga Mista dos Proprietários Pobres da Vila de São Miguel” em Afogados, 1931, contando com mais de 280 associados. Tantas outras surgiram a posteriori, por exemplo, “Sociedade Defensora dos Proprietários do Largo dos Pescadores”, 1948; “Associação Defensora de Brasília Teimosa”, 1952; a “Liga 21 de Abril” localizada em Santo Amaro; entre outras (BEZERRA, 1965).

Figura 4: Mocambos em Santo Amaro, s/d.



Fonte: Museu da Cidade do Recife, in: LIMA, 2012. p. 49.

Gominho (1993) explica que os mocambos e a urbanização no Recife passaram a ser encarados como questão de responsabilidade também do Estado e do governo local, apenas a partir do Estado Novo. Agamenon Magalhães, afirmando a sua preocupação com as pautas sociais, segue o Estado Novo em resolver a questão social e define a habitação popular como um dos pontos prioritários do seu programa de governo. Foi então implantada uma política governamental que utilizou diversos meios para erradicar a existência desse tipo de habitação no Recife, todas elas baseadas em princípios de limpeza biológica e social.

Analisando-se arquitetonicamente as preocupações da época, com a construção dos prédios e as mudanças na cidade, há a presença constante do concreto aparente, da fachada limpa, das ruas largas e retas (com acesso direto entre elas e as demais ruas) e a promoção de um fluxo melhor dos transportes. Nota-se que os feitos estão inseridos em um conjunto de simbolismos que deveria transmitir aos moradores a ideia de progresso e de modernidade.

“Era necessário modificar a mentalidade retrógrada dos que achavam que nada podíamos a fazer de maior e de mais importante para dar outra vida à capital pernambucana. Felizmente, a administração do Sr. Novaes Filho enveredou por

caminhos bem diversos e já agora o Recife é uma outra cidade cheia de aspirações largas e fecundas. E vai se realizando uma obra de urbanização e embelezamento digna de uma cidade que é, incontestavelmente, a metrópole de toda uma vasta região brasileira”. (F.D.M., Novo Recife. 18/03/1939 matutino, página 3).

Os mocambos eram habitações muitas vezes ocupadas pelos trabalhadores locais, pescadores e desempregados da época. A construção de vilas em lugares aterrados e distantes do centro da cidade, como mostra a imagem em seguida, solucionaria os mocambos e a vida que ali residia, o mocambeiro, portador das mazelas trazidas pelo lugar em que habita (alagados), gerando uma enorme movimentação política higienista: *Da Lama ao Caos*<sup>12</sup>.

Dono do jornal Folha da Manhã, Agamenon Magalhães, insiste em uma propaganda defensora do morador do mocambo como um ser honesto, desvirtuado pelo mocambo, um corruptor da ordem e da família. De acordo com ele, proporcionar ao trabalhador mocambeiro um salário adequado, além de construir e financiar casas a baixo custo, seria um verdadeiro caminho para salvação do morador do mocambo.

A grande empreitada para a construção de moradias populares se deu de fato através da Liga, criada em 12 de julho de 1939, que busca não apenas o aterro de alagados e financiamento de casas, mas também uma “reintegração social” daqueles sujeitos contaminados pelo ambiente sujo no qual residiam, criando centros educativos e proporcionando assistência médica, lazer e diversas atividades socioculturais que permitam aos ex-mocambeiros suas existências em vida digna. (PANDOLFI, 1984: 60-61)

Antes da criação da Liga Social Contra os Mocambos, foram realizadas diversas iniciativas em prol dos mocambeiros, dentre elas, as que mais se destacaram foram: Fundação Casa Operária entre 1922 e 1926, através do Departamento de Saúde e Assistência, dirigida pelo médico Amaury de Medeiros<sup>13</sup>, construindo algumas vilas, no Arraial, Torre e nas imediações da maternidade dos Afogados<sup>14</sup>, porém sem continuidade; e a Comissão Censitária dos Mocambos criada em 1938.

De acordo com Rezende, o prefeito Lima de Castro também executou uma tentativa para construção de vilas. Segundo um dos moradores do mocambo da proximidade, disse que

<sup>12</sup> Grifo meu para exaltar o excelente trabalho de Chico Science & Nação Zumbi, lançado em 1994. O álbum "Da Lama ao Caos" é uma expressão distinta do movimento *manguebeat*, que incorpora elementos tradicionais do Nordeste, como o maracatu, o coco e o mangue, com experimentações eletrônicas e letras que abordam questões sociais e ambientais. "Da Lama ao Caos" conta a história de um "homem-Caranguejo" que sai do mangue e vai para a cidade a fim de mudar de vida. Só que ele percebe que não há muita diferença entre a "lama" do mangue e o caos da grande cidade.

<sup>13</sup> Em 1922 foi nomeado por Sérgio Loreto, governador de Pernambuco e seu sogro, diretor do Departamento de Saúde e Assistência do estado. Durante sua gestão, que se estendeu até 1926, realizou muitas obras: reformou o sistema de atendimento médico no Recife e no interior, remodelou o Hospital Oswaldo Cruz e o Hospital de Doenças Nervosas e Mentais (Hospital da Tamarineira), criou a Inspetoria e o Corpo de Visitadores da Saúde e ainda a Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose, ligada ao Serviço de Saneamento Rural. (C M. DEP. Deputados brasileiros; GASPAR, L. Amaury; Grande encic. Delta Larousse; VELHO SOBRINHO, J. Dicionário.)

<sup>14</sup> A maternidade foi edificada em terrenos da Fundação Casa Operária, mediante acordo com o governo, como explica Bezerra (1965, p.45).

as casas da vila eram muito luxuosas para suas pretensões, além de ser marcada por uma série de regras para estabelecimento da moradia. Fica claro, portanto, que não bastava apenas construir as casas, havia todo um processo de mudança nos hábitos dos moradores.

Formada por uma equipe de profissionais de diversas áreas, a Comissão atuou por cerca de um ano coletando dados nas mais diversas regiões da capital. O resultado deste trabalho foi publicado nas Observações Estatísticas sobre os Mocambos do Recife (1939). De acordo com a arquiteta Santana (2019), os dados obtidos são: Dos 45.581 mocambos<sup>15</sup> 42,75% eram próprios, porém de chão alugado; 33,82% eram alugados; apenas 8,69% eram próprios e com chão também próprio.

As informações alcançadas analisam diversas instâncias, tais como: habitação (aluguel do mocambo ou do chão); população no geral; chefes de família; proprietários; e terrenos adequados para construção de casas populares. Na tabela a seguir, mostra-se o quantitativo dos mocambos de acordo com a espécie da posse.

Tabela I: Resultado do censo realizado pela Comissão Censitária dos Mocambos em 1939

| Espécie de posse          | Mocambos      |                | Valor<br>(contos de réis) |                |
|---------------------------|---------------|----------------|---------------------------|----------------|
|                           | Nº absolutos  | Nº relativos % | Nº absolutos              | Nº relativos % |
| Próprio, pagando chão     | 19.486        | 42,75          | 10.790                    | 47,88          |
| Alugado                   | 15.417        | 33,82          | 6.980                     | 30,97          |
| Próprio, não pagando chão | 3.963         | 8,69           | 2.147                     | 9,53           |
| Desalugado                | 4.097         | 8,99           | 1.377                     | 6,11           |
| Cedido gratuitamente      | 2.305         | 5,06           | 1.159                     | 5,14           |
| Em construção             | 313           | 0,69           | 84                        | 0,37           |
| <b>Total</b>              | <b>45.581</b> | <b>100</b>     | <b>22.537</b>             | <b>100</b>     |

Fonte: Comissão Censitária dos Mocambos, 1939. in: SANTANA, 2019, p. 45.

Ainda se observa que,

Com a identificação de 45.581 mocambos revela-se um valor aproximado de 22.537 contos de réis, com predominância do material da palha-terra, com 30.886 unidades, a um valor de 11.422 contos. Desta forma, nota-se como era rentável para os donos dos mocambos o sistema de aluguel, uma vez que os mocambeiros que alugavam apenas o chão correspondia a 42,75% do total e os que alugavam o chão e o mocambo, correspondiam a 33,82%. (SANTANA, 2019, p. 45)

Após a realização dos levantamentos pelo setor censitário, inicia-se uma campanha denominada de Cruzada Social Contra o Mocambo. O interventor pernambucano reúne, em 1939, prefeitura, governo do Estado, engenheiros, empresários do comércio, da indústria e da

<sup>15</sup> Nota-se o grande crescimento quantitativo de mocambos na cidade entre 1925 e 1938. Existiam 19.947 e 45.581, respectivamente, apresentando, desta forma, um crescimento aproximado de 130% em menos de 15 anos.

agricultura, proletários, universitários, imprensa e classe artística, para compor a Liga Social Contra os Mocambos (LSCM), num objetivo de “promover a extinção desse tipo de moradia e a incentivar a construção de casas populares, dotadas de condições higiênicas e de fácil aquisição”<sup>16</sup>.

Santo Amaro, Pina, Gameleira, Cabanga, Areias e Afogados, assim como em outras partes do Recife, tinham presença dos mocambos, principalmente em áreas alagadas, também incluídas no terreno de marinha. Um total de 128,82 hectares de alagados e acrescidos de marinha foram cedidos ao Estado<sup>17</sup>, contabilizando aproximadamente 34% da área atual do bairro de Santo Amaro como mostra o mapa a seguir.

Figura 5: Localização aproximada dos alagados de marinha em Santo Amaro cedidos ao LSCM.



Fonte: Santana. 2019, p. 52

## 2.2 A LIGA SOCIAL CONTRA O MOCAMBO: PROGRESSO OU CAOS?

No final dos anos 1930 essa política de erradicação dos mocambos e controle social, inicia uma ampla demolição dessas habitações, aterrando diversas áreas da cidade e construindo 'casas higiênicas', seguindo a lógica vigente do urbanismo sanitarista (SANTANA, 2019, p.50).

O plano da Liga Social Contra o Mocambo visa, sobretudo, à reeducação de ex-habitantes dos miseráveis casebres erguidos na lama do mangue. Nas vilas, obras de educação e assistência têm a tarefa de reajustá-los aos padrões de vida exigidos pela dignidade humana e para o seu próprio aperfeiçoamento profissional. Se o mocambo transige com a moral e rebaixa o espírito, a vila popular exige que as normas morais sejam observadas e que o seu morador procure adquirir a consciência do seu próprio valor e do papel que lhe cabe na vida social (PERNAMBUCO, 1943, p.9).

<sup>16</sup> 197 Art. 1o. dos Estatutos da Liga Social Contra o Mocambo. pub. no jornal Folha da Manhã, 21. 07. 1939.

<sup>17</sup> RECIFE, 1945. Áreas cedidas ao Serviço Social Contra o Mocambo até 1945.

Era uma questão fundamental que todo cidadão tivesse uma moradia própria e com seus valores baseados na moralidade, ética cristã, desenvolvimento do ser e erradicação dos maus hábitos. Ter a casa própria era um passo à frente na promoção da soberania nacional, da felicidade de todos e do bem comum. Foi com estas propagandas - principalmente em seu jornal, Folha da Manhã - que Agamenon Magalhães conseguia manipular e mudar os ex-mocambeiros:

“o mocambo não é só uma habitação anti higiênica. Um mal para a saúde. É um fator psicológico de depressão social. Reduz os horizontes das aspirações de conforto da população, (...) de uma vida mais feliz, que é a força moral das coletividades, a condição de progresso, de aperfeiçoamento, de civilização, sempre à procura de meios que elevem a dignidade humana”.

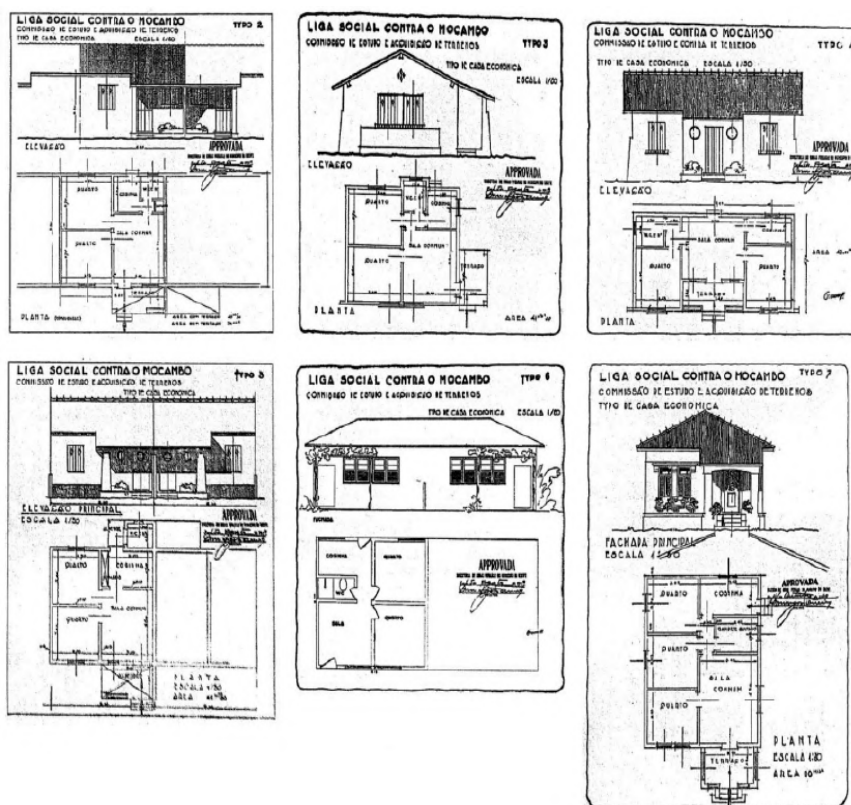
(F.D.M, O Gosto Pela Habitação. 05/07/39, página 3).

De posse dos dados obtidos pela Comissão, a Liga Social Contra o Mocambo estabeleceu critérios para a execução do plano de construção de casas econômicas. De acordo com os programas procurava resolver os problemas constatados pelo Censo e pelos inquéritos domiciliares.

Segundo o arquiteto e urbanista Bonduki (1994), a questão habitacional no país sempre representou um grande e grave problema a ser resolvido pela classe trabalhadora urbana, o aluguel da moradia, por exemplo, consumia uma parcela significativa do salário. Com isso, a formulação do Estado de um programa de produção de moradias e de uma política de proteção ao inquilinato tinha ampla aceitação pela massa popular urbana e mostrava um governo preocupado com as condições de vida da população menos favorecida.

Seguindo as propostas de disciplina e assistência da LSCM, foram construídas três vilas que foram destinadas às chefes de família, denominadas de vila das lavadeiras (1940), erguida em Areias; vila das cozinheiras (1941) e das costureiras (1941), erguidas em Santo Amaro. A seguir, Bonduki (2014) expõe os modelos propostos pela Liga para construção de casas dotadas de condições higiênicas.

Figura 6: Casas propostas pela Liga Social Contra o Mocambo



Fonte: Bonduki, 2014, p. 295.

O acesso às moradias oferecidas pela Liga exigia certos requisitos. No sentido de evitar a contaminação dos novos agrupamentos por moléstias infecto-contagiosas, o crescimento de mulheres como chefes de família, e o aumento dos menores abandonados. (GOMINHO, 2007).

Custeada com donativos dos plantadores de cana, a Vila das Cozinheiras impunha, além da inspeção médica, os seguintes requisitos: ser cozinheira profissional; morar em mocambo; e possuir família numerosa. As cozinheiras recebiam assistência médica e pagavam um aluguel de Cr \$10,00 por mês, dispondo de 83 casas até o ano de 1940.

A vila das costureiras, conhecida também como Vila Leão XIII<sup>18</sup>, contava com os requisitos de: ser costureira profissional; morar em mocambo; possuir família numerosa; esclarecer a situação civil; e verificação médica da família. Tinha o aluguel mensal de Cr \$60,00, contando, com 75 casas edificadas, de um plano de 200 a serem construídas.

<sup>18</sup> Nome dado em homenagem ao Pontífice dos operários.

Figura 7: Vila das Costureiras (Leão XIII). Atentando-se a família numerosa, requisito da LSCM para moradia na vila.



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

As casas variavam de preço do aluguel, de acordo com a localização e o tipo construído. De acordo com o Relatório da Liga Social Contra o Mocambo<sup>19</sup>, o valor médio dos aluguéis das vilas em Santo Amaro era de Cr \$35,00, com exceção da Vila das Cozinheiras que, pelo seu viés social, tinha o custo mais baixo. Para aquisição, com promessa de compra e venda<sup>20</sup>, os valores eram alterados. A tabela a seguir mostra o valor cobrado por tais moradias no bairro de Santo Amaro. Importante ressaltar o valor mais caro das residências “médias” que diferia pelo seu tamanho ou por não ser geminada, como a maioria.

Tabela 2: Valor dos aluguéis das vilas construídas pela LSCM no bairro de Santo Amaro

| ALUGUEL          |            |
|------------------|------------|
| Vila Cruz Cabugá | Cr \$65,00 |

<sup>19</sup> Recorte de julho de 1939 a julho de 1941. Arquivo disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

<sup>20</sup> A promessa de compra e venda é espécie de contrato através da qual uma pessoa física ou jurídica, denominada promitente ou compromitente vendedor (a), se obriga a vender a outra, denominada promissária ou compromissária compradora (a), bem imóvel por preço, condições e modos pactuados. A prática foi coibida pelo Decreto-lei 58/37, que visando a segurança das relações jurídicas e o bem-estar coletivo, conferiu ao promissário comprador direito real sobre o lote compromissado. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-promessa-de-compra-e-venda-no-novo-codigo-civil-reflexos-das-inovacoes-nas-atividades-notarial-e-registral/343558972>. Acesso em: 10 de abril de 2024.

|                            |            |
|----------------------------|------------|
| Vila Sítio de Oliveira     | Cr \$35,00 |
| Vila Popular dos Usineiros | Cr \$35,00 |
| Vila 13 de Maio            | Cr \$80,00 |
| Vila Leão XIII             | Cr \$60,00 |
| Vila Popular da Macacheira | Cr \$35,00 |
| Vila das Cozinheiras       | Cr \$10,00 |

Fonte:PERNAMBUCO, 1939

Tabela 3: Preços de compra das casas em algumas vilas no bairro de Santo Amaro

| AQUISIÇÃO (promessa de compra e venda) |                    |
|----------------------------------------|--------------------|
| Vila Cruz Cabugá                       | Cr \$114,70        |
|                                        | Média: Cr \$138,60 |
| Vila Sítio de Oliveira                 | Cr \$111,50        |
| Vila Popular dos Usineiros             | Média: Cr \$116,00 |
| Vila 13 de Maio                        | Média: Cr \$119,90 |
| Vila Leão XIII                         | Cr \$56,70         |
| Vila Popular da Macacheira             | Média: Cr \$106,30 |

Fonte:PERNAMBUCO,1939

Acompanhando a edificação das vilas seguia a estrutura reeducativa dos Centros Educativos Operários<sup>21</sup>. Dessa forma, espalhavam-se pela cidade os cursos profissionalizantes, as salas de costura, os cursos de culinária e economia do lar, o ensino fundamental para crianças e adultos, a educação social-trabalhista, a educação cívica, a cultura física e artística, bibliotecas e a assistência médica e dentária.

<sup>21</sup> Os Centros Educativos Operários foram fundados em 1935, pelo auxiliar da Inspetoria do Trabalho de Pernambuco, Milton de Pontes, nomeado por Agamenon quando Ministro do Trabalho. Milton de Pontes apresentou um “memorial” em que sugeriu um “plano de reeducação e assistência social para as classes trabalhadoras de Pernambuco, com a criação de um serviço público que poderá ser denominado: Diretoria de Reeducação e Assistência Social”. Além do caráter assistencial e colaborador na luta contra os mocambos e edificação das moradias populares, a principal tarefa da Diretoria, desempenhada pelos Centros Educativos, era orientar o povo no combate ao credo vermelho, imunizando-o com os serviços de reeducação e assistência, facilitando-lhe os meios apropriados para que se processasse um soerguimento cultural, moral, social e econômico, enfim, construindo-se uma barreira de civismo contra a infiltração solerte do internacionalismo soviético.” Acompanhando a edificação das vilas seguia a estrutura reeducativa dos Centros Educativos. (GOMINHO, 1998, p. 107-108.)

Na Vila das Cozinheiras em Santo Amaro ergueu-se, por exemplo, a Escola de Arte Culinária, destinada às habitantes da vila e tendo por fim a formação (turno diurno) e aperfeiçoamento (noturno) de profissionais de cozinha. Além desta, foram oferecidas em mais de dez bairros da cidade, as salas de costura, destinada ao ensino profissional das operárias que desejam aprender corte, costura e bordado.

Figura 8: Escola de Arte-culinária no CEO na Vila das Cozinheiras em Santo Amaro



Fonte: Acervo da FUNDAJ

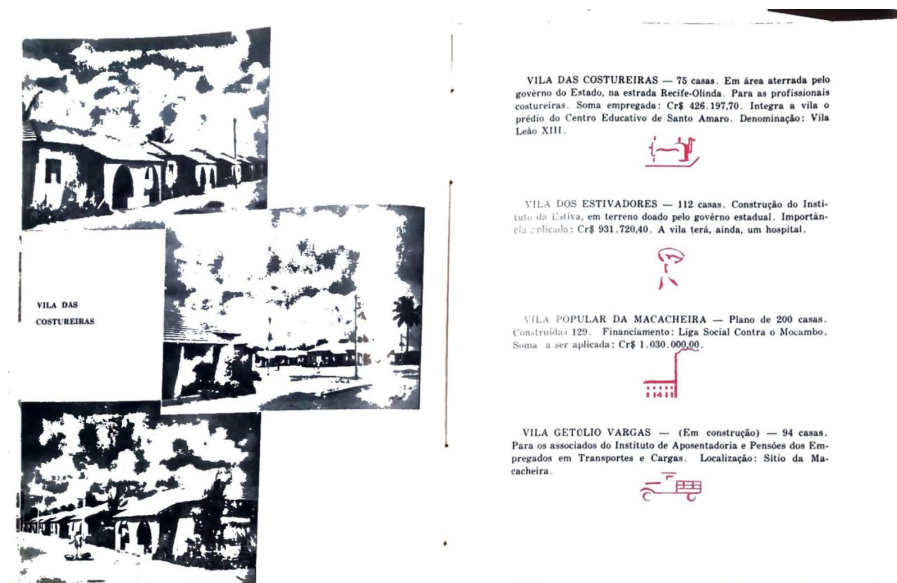
A produção de moradia popular, com o passar do tempo, acabou sendo difundida gradativamente e adotada como política pelo Estado brasileiro que, a partir de uma perspectiva de planejamento, criou programas, ações e instrumentos de política habitacional que se propagaram por diferentes períodos da história. A produção da moradia operária no período de implantação e consolidação das relações capitalistas e de criação do mercado de trabalho livre, objetivava basicamente a obtenção de rendimentos pelo investimento na construção ou aquisição de casas de aluguel (Bonduki, 1982).

As notícias acerca da construção de vilas eram bastante divulgadas nos jornais locais. Ainda contando com o imaginário e a alienação sobre o mal do mocambo como algo a ser sanado, extinto. Estas construções eram frequentemente divulgadas como algo muito benéfico, seja como bem social, econômico e progressista.

Havia diversos tipos e formas de propaganda, uma delas, um livreto intitulado “Guia Social do Recife”, organizado pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda em

solenização do 4º aniversário da Liga Social Contra o Mocambo, publicado em julho de 1943. Nele, é possível observar o constante ataque aos mocambos e como a fundação das vilas dignificava o padrão humano de organização e de vida. Ainda conta com um guia turístico que, através de fotos e informações sobre as vilas, influenciava o pensamento dos visitantes diante da positiva da retirada dos mocambos.

Figura 9: Páginas do Guia Social do Recife em que mostra e descreve as vilas construídas no bairro de Santo Amaro



Fonte: Guia Social do Recife, 1943.

Foi a partir da década de 1930 que surgiu a grande ideia de que o Governo não deve produzir casas para os operários, mas estimular as iniciativas particulares a investirem e o fazerem. Em suma, o Estado não assumia a responsabilidade de prover moradias e a solução tida como ideal, era a promoção de vilas operárias pelas próprias indústrias para servirem de moradia para seus empregados, “tanto a Prefeitura como o Estado concederam isenções e favores às empresas construtoras e aos adquirentes” (Relatório da Liga Social Contra o Mocambo; julho de 1939 a julho de 1941, p. 7).

A política habitacional foi posta em execução seguindo tais grupos: casas para fins de assistência social; casas para operários sindicalizados e contribuintes dos Institutos de Previdência e Caixas de Pensões do Ministério do Trabalho; e o último grupo compreendia candidatos de todas as atividades profissionais.

O primeiro grupo visava amparar as mulheres chefes de família moradoras de mocambos que não tinham condições de alugar ou adquirir uma casa, sendo edificadas as vilas das lavadeiras, costureiras e cozinheiras, todas profissionais do ramo. O segundo, através

dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP), organizados por categorias profissionais (bancários, comerciários, ferroviários e servidores públicos estaduais e municipais). O terceiro grupo, por fim, contou com o apoio de empresários que almejavam o aumento de renda, construindo casas para vender ou alugar, abrangendo uma ampla gama da população do Recife.

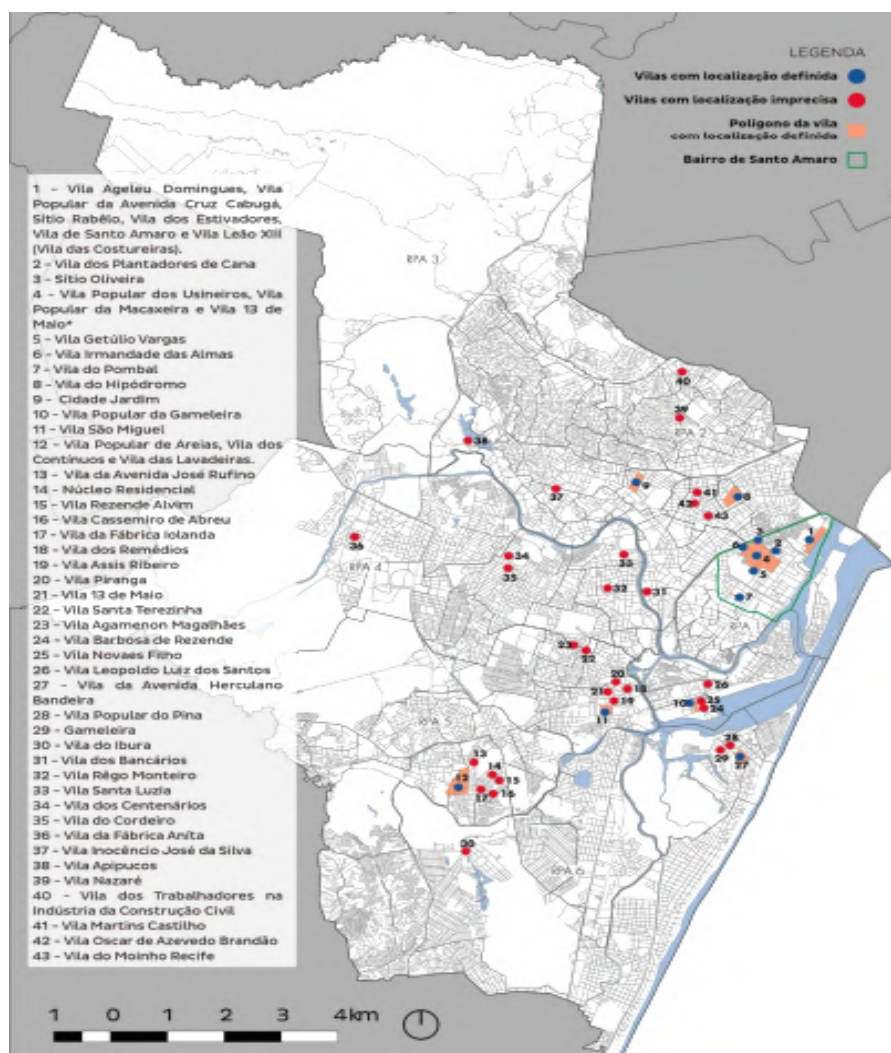
De acordo com os Relatórios da Liga Social Contra o Mocambo, outro setor colaborou ou recebeu estímulos da LSCM: as indústrias, construindo junto às fábricas blocos de habitação operária para seus trabalhadores, a exemplo da Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco, Cotonifício Othon Bezerra de Mello, Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco, entre outras.

O levantamento das realizações da LSCM em um período de cinco anos contribuiu com a renovação urbana no Recife: 59 vilas, além de 20 grupos residenciais, foram dispostas nos vários bairros da cidade, totalizando 7.582 casas<sup>22</sup>, conforme apresentado na imagem a seguir.

---

<sup>22</sup> Números levados em consideração os setores que receberam estímulos da LSCM O Relatório da Liga Social Contra o Mocambo revela que houve mais de 12.434 unidades de mocambos demolidos. Este resultado apresenta que aproximadamente 30.000 pessoas não foram atendidas pela política de habitação vigente, ocorrendo apenas uma realocação destas habitações precárias para áreas mais distanciadas da nucleação central da cidade do Recife.

Figura 10: Mapeamento das Vilas da LSCM de acordo com o Relatório da Liga Social Contra o Mocambo



Fonte: Relatório da LSCM/ Mapa elaborada por Mendes (2023)

A Liga Social Contra o Mocambo, além de contribuir para a aprovação dos loteamentos populares, transformou-se de fato em uma autarquia do governo estadual, tornando-se, em 1945, o Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM) ou também conhecido como Serviço Agamenon Magalhães. O Serviço Social, então, seguia basicamente com a mesma finalidade de construção da LSCM: “casas higiênicas e populares destinadas às classes menos favorecidas, protegendo-as contra os males da habitação insalubre e da promiscuidade da vida nos mocambos”<sup>23</sup>.

<sup>23</sup> Estado de Pernambuco, Regulamento do Serviço Social Contra o Mocambo, 1945, apud LIRA, *Análise Social*, 1994, p. 750.

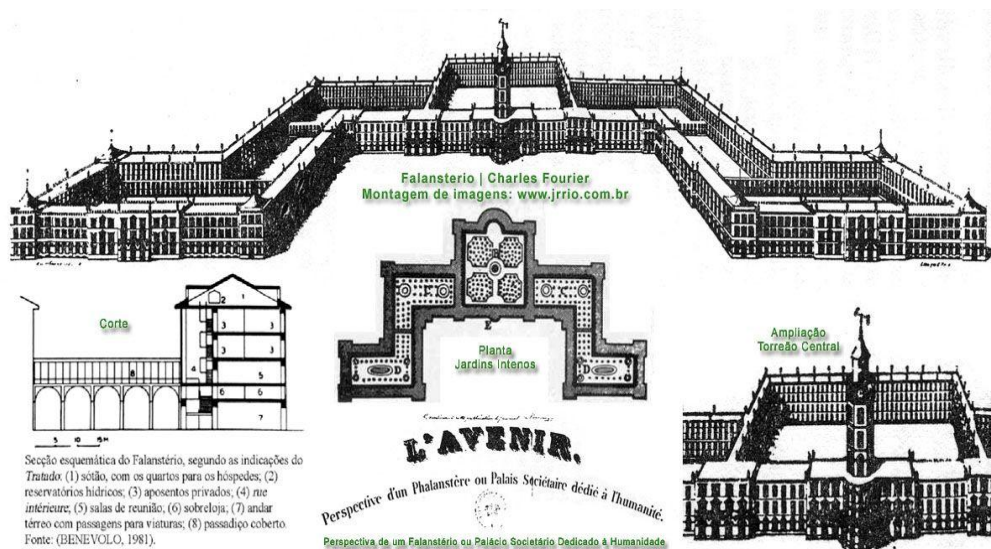
Em contrapartida, a produção de moradias nos anos de atuação da Liga foi de 5.415 unidades, contra 12.434 unidades de mocambos demolidos. Este resultado apresenta que aproximadamente 30.000 pessoas não foram atendidas pela política de habitação vigente, ocorrendo apenas uma realocação destas habitações precárias para áreas mais distanciadas da nucleação central da cidade do Recife.

## 2.3 VILAS OPERÁRIAS: DA NECESSIDADE AO MODELO HABITACIONAL

A partir do século XVIII na Europa, com a Revolução industrial, houve uma grande explosão demográfica nas cidades, gerando uma exacerbada falta de moradia. As vilas operárias surgiram como uma solução para essa situação emergencial. Uma das primeiras propostas surge do filósofo francês Charles Fourier, que girava em torno do conceito do "Falanstério" ou "Palácio Societário"<sup>24</sup>.

Este era um grande edifício projetado para abrigar uma comunidade de cerca de três mil e quinhentas pessoas. Além das habitações individuais, o Falanstério incluiria vários equipamentos e espaços de uso coletivo destinados a complementar a vida doméstica comunitária. O conjunto deveria, portanto, ser construído fora do meio urbano, mesmo que suas funções e sua estruturação se assemelhassem às de uma cidade - ideal - em miniatura. (TRAMONTANO, 1998).

Figura 11: Falanstério de Charles Fourier



Fonte: BENEVOLO, 1981. Montagem de imagens: [www.jrrio.com.br](http://www.jrrio.com.br)

<sup>24</sup> Um grande edifício onde, além de habitações para três mil e quinhentas pessoas, conta com alguns equipamentos de uso coletivo que auxiliariam a vida doméstica coletiva.

No Brasil, a história das vilas operárias desenvolveu-se a partir da chegada das estradas de ferro e com a instalação das primeiras indústrias no país. De acordo com Eva Blay<sup>25</sup>, a moradia em forma de vila operária encontra raízes em um passado remoto. Na metade do século XIX, a implantação da indústria têxtil no estado da Bahia enfrentou a crise de falta de trabalhadores, principalmente a especializada na matéria-prima, o algodão. Os imigrantes estrangeiros especializados, são logo desencorajados pela instabilidade do mercado, baixos salários e pelas péssimas condições de moradia.

A solução encontrada para atrair e reter a força de trabalho foi a construção de dormitórios para seus trabalhadores e a posteriori, fábricas como a de Fernão Velho, em Alagoas, além dos dormitórios, construíam enfermarias e refeitórios.

Iniciando com o fornecimento de locais para dormir, as indústrias aos poucos passaram a fornecer casas. (...) As empresas compreendem, desde então, que os terrenos próximos às fábricas podiam gerar lucros imobiliários e se apropriam de vastas áreas contíguas a fim de posteriormente negociá-las. (BLAY, 1985)

Já em meados do século XX, as chaminés de fábricas e vilas operárias eram, bem como os mocambos, igrejas e pontes, uma das marcas da paisagem do Recife. Em diversos bairros da cidade existia ao lado de fábricas, os conjuntos de moradias, casas pequenas, com padrão urbano de casas de porta e janela dispostas em renque e desprovidas de recuos frontais ou laterais<sup>26</sup>.

Nas décadas de 30, 40 e 50 os conjuntos residenciais de empresas continuaram a difundir-se no Brasil em grande escala: novos conjuntos são criados e muitos dos existentes se ampliam. Em Recife não foi diferente. Estudos<sup>27</sup> indicam que as décadas de 1930 e 1940 foram o período de mais intensa construção de vilas operárias, dotadas de igreja, escola, clube, cinema, armazém de abastecimento, etc – voltados à contenção dos moradores no lugar, à formação de uma mão-de-obra eficiente e regrada e ao controle do tempo livre do trabalhador.

A vila deve instaurar um espaço de conforto, satisfação e moralidade, de onde o trabalhador não precisa sair nem mesmo para divertir-se. Vinculado ao aparato da produção através deste mecanismo sutil de dominação que é a própria habitação, espaço de intimidade e do diálogo interior, o discurso do poder promete ainda ao operário abrigá-lo da contaminação moral das ruas agitadas e dos bares viciados e escuros, situados do outro lado do mundo. (RAGO, 1985)

<sup>25</sup> BLAY, E. A. CASA, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. V Encontro Anual Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Ciências Sociais. Friburgo, 1981.

<sup>26</sup> Na arquitetura desses lugares, nas décadas de 30 e 40, foi significativa a difusão de uma vertente modernista que, posteriormente, seria identificada como art-déco, da tipologia que se popularizou no Brasil com o nome de “bangalô” e do estilo “missões”.

<sup>27</sup> Correia, Telma de Barros; Ghoubar, Khaled; Mautner, Yvonne. Suas Fábricas e Vilas Operárias. Revista pós-, n. 20, dez. 2006.

A construção de moradia operária era uma estratégia capitalista para que os salários fossem reduzidos e o lucro aumentado, obtendo-se vantagens através dos incentivos financeiros relacionados à tributação para aquelas empresas que construíam esse tipo de moradia de acordo com a legislação sanitária (BLAY, 1985). As vilas operárias são, geralmente, conjuntos urbanos compostos por moradias unifamiliares construídas em um esquema de produção seriada.

As justificativas para o aparecimento das vilas são diversas: uma estratégia para atrair mão de obra em um mercado de trabalho; um ato de filantropia por parte dos empresários; uma maneira de direcionar o tempo livre e o comportamento dos operários como uma forma de controle para moldar o caráter; ou ainda para manter uma fonte de mão de obra constante para atender à produção.

Além de serem um dos primeiros projetos e empreendimentos habitacionais de grande porte do país, as vilas operárias, segundo Bonduki, eram conjuntos de casas construídas pelas indústrias para serem alugadas a baixos aluguéis ou mesmo oferecidas gratuitamente a seus operários. Estas iniciativas tiveram um impacto importante em várias cidades brasileiras, e

(...)grande parte das vilas operárias surgem em decorrência da necessidade de as empresas fixarem seus operários nas imediações das suas instalações, mantendo-os sob seu controle político e ideológico e criando um mercado de trabalho cativo. Tais necessidades decorriam de aspectos operacionais (por exemplo, trabalhadores indispensáveis à manutenção das máquinas ou equipamentos vitais ao funcionamento da indústria), de mercado de trabalho (inexistência de trabalhadores qualificados ou mesmo de trabalhadores em geral devido à localização das unidades de produção) ou político-ideológicas (manter os seus operários sob controle, evitando greves ou paralisações, através do relacionamento entre a perda do emprego e o despejo da casa) (Blay, 1982).<sup>28</sup>

Foram poucas as empresas que construíram vilas modelares e alugaram moradias decentes a preços reduzidos, de acordo com Bonduki. Predominaram empresas que edificaram moradias apenas com o objetivo de manter trabalhadores indispensáveis próximos a elas, atendendo um número reduzido de seus empregados. Muitos industriais agiam na tentativa de rentabilizar seus capitais em um negócio altamente lucrativo como era o aluguel de casas.

As vilas particulares não eram destinadas exclusivamente aos funcionários pertencentes a uma empresa, todavia atingiam uma ampla gama de trabalhadores. Chegaram a

---

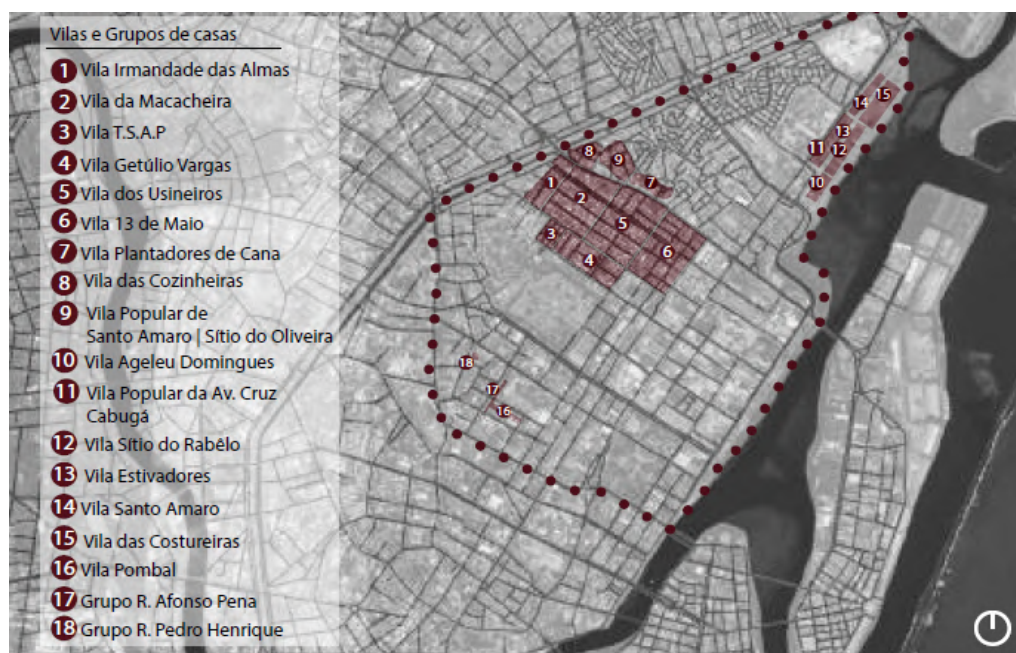
<sup>28</sup> Bonduki, 1994. Assim como Bonduki e Blay citam, Lopes (1988) discorre em sua tese de doutorado sobre a cidade de Paulista-PE como uma gigante vila operária da empresa e fábrica têxtil da família Lundgren. Usa como fio condutor a dominação e alienação acometida contra os operários que ali trabalhavam e moravam. Aborda esta questão como a vila operária sobre o poder industrial e territorial, os empresários, exercendo assim uma servidão econômica (termo marxista) que significa romper com a esfera da produção e penetrar na esfera doméstica. As fábricas com vilas atuavam nas relações sociais, na classe operária e também na reprodução do capital.

atender à classe média, já que nesse momento, um sistema de financiamento para a compra ou a construção da casa própria não estava disponível.

Nas décadas de 1930 e 1940 houve uma significativa produção de moradias por fábricas nos estados do Nordeste do Brasil. A construção de habitação operária por indústrias esteve relacionada principalmente com a necessidade de construção de fábricas em localidades afastadas do centro da cidade, inserida em uma estratégia de disciplina da mão-de-obra, fundamentada na sedentarização, na moralização dos costumes e na difusão de novas noções de higiene (CORREIA, 1997b). A vila operária foi uma das soluções adotada pelos empresários, representantes da indústria nacional nascente, como forma de manter próximas aos locais de trabalho a mão-de-obra necessária para o desenvolvimento das atividades manufatureiras<sup>29</sup>.

No bairro de Santo Amaro, os principais sítios destinados às novas moradias localizavam-se nas proximidades do Cemitério de Santo Amaro e nas áreas de alagado, que era onde existia maior concentração dos mocambos. Também foram alocados próximos aos principais eixos de deslocamento do bairro, como a Av. Cruz Cabugá e a Av. Norte. De acordo com Santana (2019), até os anos 50, foram construídas em Santo Amaro 16 vilas e 2 grupos de casas. No mapa a seguir, marcado pela autora, pode-se observar a possível localização das construções no bairro.

Figura 12: Lista das vilas existentes em Santo Amaro e suas possíveis localizações



Fonte: PERNAMBUCO, 1948 - Editado por Santana, 2019.

<sup>29</sup>BLAY, E. A. **Eu não tenho onde Morar:** Vilas Operárias na cidade de São Paulo, São Paulo: Editora Nobel, 1985.

O processo de ocupação e transformação do bairro de Santo Amaro está diretamente associado à produção de moradias populares sendo, desde o início do século XX, habitado pela população de baixa renda. Neste período, o bairro era considerado um local fora do núcleo principal da cidade e somente após um conjunto de transformações realizadas no Recife, com foco principal na remodelação do centro da cidade, Santo Amaro passou a ser envolvido em processos de estruturação (SANTANA, 2019). O número de fábricas e a considerável extensão da zona comercial explica a grande quantidade de construções de vilas no local.

A Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco, indústria localizada no bairro de Santo Amaro, por exemplo, inclui a antiga residência do Visconde de Suassuna como seu escritório. Construiu duas vilas: uma situada na Avenida Visconde de Suassuna, onde junto às instalações fabris, ficavam as casas destinadas a operários mais qualificados<sup>30</sup>; e a segunda próximo ao Cemitério de Santo Amaro. Até o fim de suas atividades, a fábrica somou cerca de 350 casas construídas. A imagem a seguir mostra a vista de parte da Vila Operária construída pela Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco (TSAP) na Av. Visconde de Suassuna em Santo Amaro, Recife em 1941.

Figura 13: Parte da vila operária construída pela T.S.A.P



Fonte: Revista O Cruzeiro

---

<sup>30</sup> Eram casas no estilo bangalô isoladas, dotadas de jardins, sala, três quartos, sanitário, cozinha, área de serviço e dependência de empregados.

A Vila do Pombal foi, de acordo com Correia e Almeida<sup>31</sup>, construída durante as décadas de 1930 e 1940: em 1937 havia 8 casas habitadas e 56 em construção; em 1939 havia cem casas construídas; em 1941 eram 126 casas e em 1943 154 casas. O aluguel, por exemplo, era descontado no salário do funcionário, enquanto as despesas com luz, água e IPTU eram arcadas pela fábrica. Como principal objetivo, de acordo com (RAGO, 1985, p.178), “a vila deve instaurar um espaço de conforto, satisfação e moralidade de onde o trabalhador não precisa sair nem mesmo para divertir-se”.

---

<sup>31</sup> Telma de Barros Correia (EESC-USP) e Caliane Christie Oliveira de Almeida (EESC-USP) - Habitação Proletária no Nordeste do Brasil: A ação do Estado e Privada nas décadas de 1930 e 1940, p. 5.

## CAPÍTULO 3 - SANTO AMARO: O CONFLITO ENTRE LEIS, TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA

### 3.1 ENTRE A LEGISLAÇÃO E O USO DO SOLO

Além de intervir na economia e também na produção de moradias, o Estado tem fundamental importância no desenvolvimento e na regulação das relações espaciais. Santana (2019) afirma que, o Estado, através das legislações urbanísticas, controla e permite os mecanismos necessários para reprodução do capital e estruturação do espaço, minimizando os obstáculos e as questões acerca da propriedade privada do solo.

A legislação de regulamentação dos usos do solo e do espaço público, o direcionamento de investimentos, a construção de infraestrutura, e os planos de revalorização de áreas urbanas degradadas são alguns dos exemplos da atuação do Estado que tem por fim a valorização dos capitais aplicados no setor imobiliário, em particular, e do próprio capital, em geral (BOTELHO, 2007, p. 27).

As leis urbanísticas desempenham um papel crucial na criação e organização das cidades. Elas são as ferramentas que o governo utiliza para regular como o território é dividido e usado. Essas normas podem, ou não, estabelecer condições para garantir que a cidade seja acessível e adequada para todos os seus habitantes. Em essência, elas moldam o desenvolvimento urbano e influenciam a qualidade de vida nas áreas urbanas.

Consoante Santana (2019), no Recife existem dois instrumentos específicos que regulamentaram e forneceram as bases de ordenamento para a expansão da cidade: Regulamento de Construções de 1936 e Código de Urbanismo e Obras de 1961, sendo o primeiro responsável por 75% dos loteamentos aprovados entre as décadas de 1940 e 1950 (Reynaldo, 2018).

Segundo a autora, o primeiro Regulamento de Construções, criado em 1919<sup>32</sup>, introduziu o conceito de zoneamento para Recife. Esse sistema de zoneamento estabeleceu uma hierarquia para o uso do solo e implementou um método de parcelamento territorial com o intuito de organizar a cidade. No entanto, o resultado desse planejamento revelou um paradoxo: a maneira como o solo foi dividido e as características dos loteamentos acabaram não correspondendo às expectativas originais em relação à distribuição populacional e à organização urbana. Assim, o que deveria ter sido uma solução para o ordenamento territorial gerou desafios inesperados na prática.

O Regulamento de 1919 estabeleceu um zoneamento para a cidade do Recife, dividido em quatro áreas: Perímetro Principal, Perímetro Urbano, Perímetro Suburbano e por fim o Perímetro Rural. Para garantir um planejamento adequado, o regulamento estipulava que

---

<sup>32</sup> Lei no 1.051 de 11 de setembro de 1919. Essa Lei vai ter vários dos seus dispositivos alterados através de outras leis ou decretos, sendo o mais importante o Decreto 374 de 12 de agosto de 1936, que durante muito tempo vai institucionalizar as construções na cidade do Recife.

nenhuma nova construção poderia ser realizada em áreas ainda não arruadas nos perímetros urbano e suburbano sem a aprovação prévia da Prefeitura. Os proprietários tinham que submeter um plano detalhado de parcelamento do terreno, incluindo o desenho das quadras e lotes, e especificar as regras para ocupação e altura das edificações.

Nos perímetros principal e urbano, o Regulamento proibia a construção de casas do tipo chalé, taipa, mocambos e outras estruturas do tipo. Essas construções eram restritas a áreas onde predominavam esse tipo de edificação, especialmente no perímetro rural. Nesses casos, os mocambos deveriam estar situados a uma distância considerável das vias públicas, garantindo que a presença dessas construções não interferisse na organização e estética urbana das áreas mais desenvolvidas.

A proibição da construção das casas mais simples -taipa e os mocambos-, nas duas primeiras zonas, mostra o início do afastamento do seguimento pobre da população das áreas mais valorizadas da cidade, o que será crucial na localização das áreas mais carentes e dos loteamentos populares (Santana, 2019, p. 56)

Em 1932, adota-se um novo Regulamento de Construções, substituída pouco tempo depois, em 1936. Por sua vez, o decreto nº 374 de 1936, elaborado a partir dos estudos realizados pelo Clube de Engenharia e de sugestões propostas pelo arquiteto Atilio Corrêa Lima, segue a divisão da cidade em quatro zonas: primeira ou principal; segunda ou urbana; terceira ou suburbana; quarta ou rural. Com isso, houveram mudanças significativas no bairro de Santo Amaro. Sobre as vilas operárias, o regulamento de 1936 revela em seu artigo no 217 que, as mesmas serão locadas nas circunvizinhanças dos estabelecimentos industriais situados nas subzonas previstas na referida legislação (SANTANA, 2019).

Figura 14: Zoneamento de Santo Amaro de acordo com a legislação de 1919 e de 1936 respectivamente

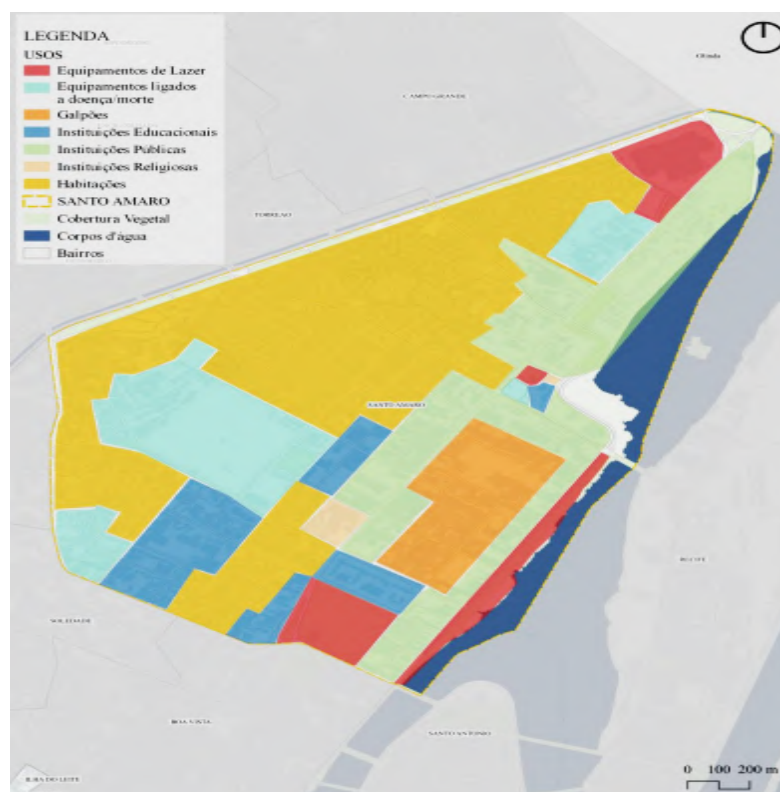


Fonte: RECIFE, 1919 e 1936. Editado por: SANTANA, 2019.

Com esse Regulamento, o Estado estabeleceu as bases legais para a intervenção no espaço urbano. Através dessas novas normas, os mocambos foram removidos das áreas mais valorizadas da cidade e deslocados para zonas mais suburbanas, afastadas do centro principal. De acordo com os dados do Relatório da Liga Social Contra o Mocambo, de 1941, o Estado ainda levou parte da “massa sobranter” não absorvida pela sociedade, denominados como “indivíduos inválidos ou mendigos que vivem de caridade pública”, para o interior do Estado, onde eram fornecidas, por parte do poder público, passagens de ônibus para tais lugares. Essa medida visava promover uma organização urbana mais ordenada e melhorar a qualidade do ambiente nas áreas centrais e mais desenvolvidas.

Os instrumentos de planejamento e regulamentação desempenharam um papel crucial na formação e evolução do bairro de Santo Amaro desde o início de sua ocupação. Ao longo dos anos, especialmente até a década de 1950, a política de moradia implementada na região foi fundamental para promover uma diversificação no uso do solo. Esse processo levou a uma caracterização das margens do bairro com uma ampla variedade de usos e equipamentos, refletindo uma transformação significativa no espaço urbano e nas funções desempenhadas pelas diferentes áreas de Santo Amaro como mostra a imagem seguinte.

Figura 15: mapa de usos do bairro de Santo Amaro



Fonte: Prefeitura do Recife/ Mapa elaborado por Mendes, 2023

De acordo com Santana (2019), além das legislações urbanísticas que regeram o desenho do Recife, destacam-se os decretos que favoreceram a construção, por parte dos particulares e industriais, de novas habitações, com isenção de impostos e concessão de favores. Foram três em níveis municipais e dois em níveis estaduais, sendo quatro deles aprovados em 1939 e um em 1941, período correspondente à construção de parte importante das vilas populares.

Até os anos 1950, o bairro de Santo Amaro já apresentava grande parte de seu solo consolidado. As áreas estavam bem definidas: haviam zonas destinadas às vilas populares, conhecidas como "solo popular", locais reservados para equipamentos de saúde, doença e morte, áreas dedicadas às indústrias da época, e outros loteamentos considerados "normais" segundo o Regulamento de Construções de 1936. Essas diferentes designações e usos contribuem, até hoje, para a complexa estrutura e funcionalidade do bairro.

Para além das áreas destinadas ao solo popular, é notório o surgimento de diferentes instituições públicas e privadas no bairro de Santo Amaro, especialmente em suas áreas fronteiriças com o bairro do Recife. Destacam-se principalmente as indústrias instaladas entre a rua da Aurora e a avenida Cruz Cabugá, o Mercado Público, construído em 1933, do Parque 13 de Maio, entre outros equipamentos primordiais na compreensão da estruturação espacial do bairro.

### 3.2 A RESISTÊNCIA DAS VILAS OPERÁRIAS: LUTA, IDENTIDADE E SOBREVIVÊNCIA URBANA

Com o passar dos anos e com as dinâmicas de crescimento da cidade, como a expansão das instituições de ensino e o desenvolvimento econômico, novos elementos começaram a surgir em Santo Amaro, especialmente nas áreas adjacentes ao bairro da Boa Vista. Esse processo levou à substituição das vilas operárias existentes.

Um exemplo significativo é a Universidade Católica de Pernambuco, que substituiu a antiga T.S.A.P e seu grupo de casas. Essas transformações refletiram a mudança nas prioridades e no uso do solo na região, adaptando-se às novas demandas e funções urbanas. Outra alteração notável foi a desapropriação de seis vilas populares situadas na área conhecida como Vila Naval, entre o rio Beberibe e a avenida Cruz Cabugá. O terreno dessas vilas foi retomado pela Marinha e passou a integrar o complexo habitacional da Escola de Aprendizes de Marinheiro.

Figura 16: O antes e o depois da esquina da Av. Visconde de Suassuna com a rua Bispo Cardoso Ayres



Fonte: BORGES, João Pereira. As construções em Recife e a proteção oficial. Boletim da Secretaria da Agricultura, Indústria e Viação, Recife, v. 1, n. 3-4, p.297-302, jul./dez. 1932 reprodução por: Recife de Antigamente, via Facebook

Nesse contexto, é possível observar uma variedade de formas de ocupação e uso do solo em Santo Amaro, que agora não é mais caracterizado apenas por fábricas e vilas. O processo de formação e estruturação do bairro resulta da transição nos mecanismos de produção capitalista e da interação entre técnicas e espaço. Segundo Abramo (1995), a urbanização é marcada por esses momentos de transição, onde o urbano desempenha um papel crucial nas relações sociais de produção.

A adoção de regimes urbanos em diferentes períodos reflete novas configurações espaciais, o que, especialmente em Santo Amaro, contribui para um processo de estruturação, fragmentação e desigualdade espacial. Assim, para entender a configuração atual do bairro, é

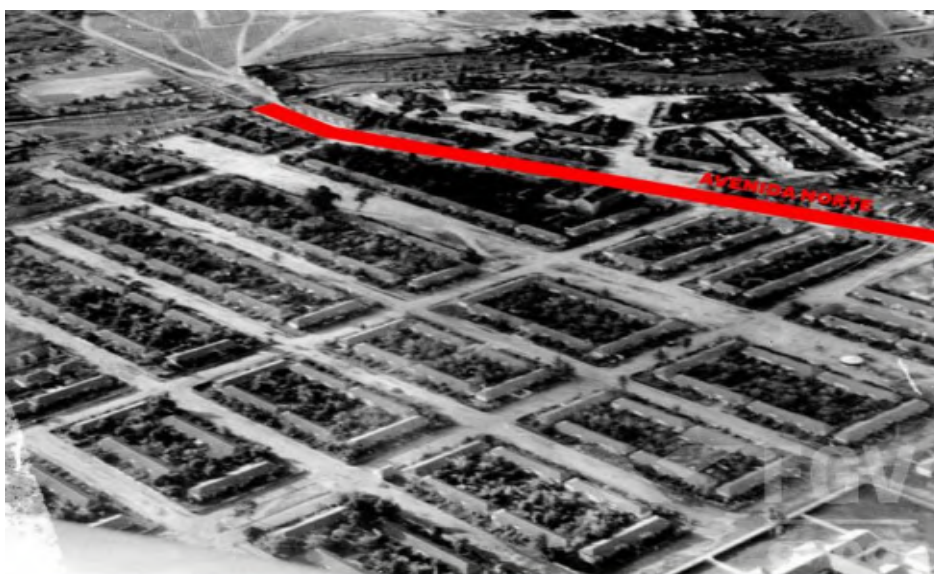
necessário não apenas analisar os mecanismos que moldaram seu espaço, mas também os regimes urbanos que influenciaram essa configuração ao longo do tempo.

Dessa forma, com o crescimento do setor industrial e a mudança no entendimento sobre a localização da força de trabalho, especialmente ao reconsiderar a distância entre moradia e trabalho, os padrões de moradia foram redefinidos. Associados aos novos investimentos em infraestrutura, essas mudanças no espaço visam acomodar as novas condições necessárias para a reprodução eficiente da força de trabalho.

Embora as vilas tenham surgido em um contexto de produção habitacional, com algumas sendo também construídas como uma forma de rentabilidade para os empresários, é importante ressaltar que a permanência desses conjuntos no espaço urbano é significativa para o patrimônio da cidade. Atualmente, essas vilas possuem um valor considerável, pois são espaços carregados de história e representam importantes aspectos da memória, sejam eles materiais, simbólicos ou funcionais (NASCIMENTO, SCIFONI, 2015).

Ao longo dos anos, as vilas operárias em Santo Amaro têm se destacado como símbolos de resistência e resiliência. A imagem a seguir ilustra como essas comunidades persistem em meio à especulação imobiliária que afeta as grandes cidades, mantendo sua identidade e enfrentando desafios impostos pelo crescimento urbano desordenado. Mesmo com as pressões para transformação e modernização, as casas das vilas continuam a ser bastiões de solidariedade e história, lutando para preservar seus laços comunitários e garantir um espaço digno para seus moradores.

Figura 17: vilas dos Usineiros, Macaxeira e Treze de Maio ao longo da Avenida Norte na década de 1940



Fonte: Fundação Getúlio Vargas-CPDOC, s/d

Figura 18: Vilas dos Usineiros, Macaxeira e Treze de Maio em 2024



Fonte: Google Earth, 2024

Ao compreender o processo de constituição do bairro e sua relação intrínseca com o solo popular, especialmente com as vilas populares e operárias, é fundamental refletir sobre as transformações que esse espaço pode absorver ao longo do tempo. Essa reflexão permite entender como mudanças estruturais e sociais podem influenciar a dinâmica local, sem comprometer a essência histórica que caracteriza o bairro.

Além disso, é necessário questionar até que ponto o bairro ou a comunidade consegue integrar novas mudanças sem perder os elementos que foram cuidadosamente moldados ao longo de sua formação. A capacidade de adaptação, sem sacrificar as características fundamentais da identidade local, é crucial para a preservação das tradições e para a continuidade da história do bairro, mantendo viva sua essência enquanto evolui.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A especulação imobiliária em bairros históricos como Santo Amaro tem trazido desafios significativos para as comunidades locais. A crescente valorização da região, movida pela pressão do mercado imobiliário, tem promovido o deslocamento de famílias e a degradação de áreas tradicionais. Esse processo, muitas vezes, resulta em uma transformação abrupta no tecido social, com a perda de espaços que carregam a memória e a identidade de uma população histórica.

Entretanto, a resistência das vilas operárias de Santo Amaro, com suas casas humildes e construções resilientes, simboliza um contraponto a esse processo de gentrificação. As casas, que ao longo dos anos resistiram a adversidades diversas, são testemunhas de uma história de luta e sobrevivência de trabalhadores que, apesar das dificuldades impostas pela especulação, mantêm sua cultura e identidade firmes. A resiliência dos moradores de Santo Amaro é um reflexo dessa persistência. Em meio às transformações urbanas, esses indivíduos se tornaram protagonistas na preservação de um modo de vida e de uma comunidade que, embora enfrentando a pressão do capital, continua a resistir.

A memória das vilas operárias não se limita às estruturas físicas, mas é sustentada pela força daqueles que habitam o bairro e que, com coragem, continuam a resistir às forças que buscam apagar suas histórias. Portanto, as vilas operárias e seus moradores não são apenas relicários do passado, mas também exemplos vivos de resistência e luta por um direito fundamental: o direito de permanecer em seus espaços, de manter suas histórias e de viver com dignidade, longe das garras da especulação imobiliária.

Este estudo sobre as vilas operárias de Santo Amaro tem uma importância histórica e relevância social profundas, pois nos permite compreender como os processos de urbanização e especulação imobiliária afetam não apenas a geografia de um local, mas também a identidade e a memória de seus moradores. Ao resgatar a história das vilas, não estamos apenas revisitando o passado, mas também reconhecendo a continuidade das lutas sociais que, embora intensificadas pela pressão do mercado, têm raízes profundas na resistência popular.

A relevância desse estudo vai além da preservação histórica: ele traz à tona a importância de se olhar para a cidade de maneira holística, reconhecendo que a urbanização deve ser inclusiva e respeitosa das comunidades que a compõem. As vilas operárias de Santo Amaro, longe de serem simples vestígios de uma época passada, são espaços vivos de memória e resistência que continuam a influenciar a formação social da cidade.

Estudar esses espaços não apenas nos permite entender o impacto da especulação imobiliária, mas também ressalta a necessidade de políticas públicas que protejam e incentivem a permanência dessas comunidades, garantindo que as histórias dos trabalhadores não sejam apagadas em nome do desenvolvimento desordenado. Portanto, a preservação dessas vilas e o reconhecimento de sua importância são fundamentais para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva, onde a memória e os direitos das populações históricas sejam respeitados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Juliana Bandeira de; SÁ CARNEIRO, Ana Rita. A estética urbana no projeto de Saturnino de Brito (1887-1929). **Paisagem Ambiente: ensaios**, n. 22, São Paulo, p. 110-121, 2006.
- BEZERRA, D. U. C. **Alagados, mocambos e mocambeiros**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais / Imprensa Universitária, 1965.
- BLAY, E. A. **Eu não tenho onde morar: Estudo sobre vilas operárias em São Paulo**. São Paulo: Editora Nobel, 1985.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Os Pioneiros da Habitação Social - Vol. 1**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e seus bairros**. Recife: Câmara Municipal do Recife, 1998.
- CORREIA, Telma de B. Arquitetura e paisagem industrial: as vilas operárias no Recife. **Estudos Universitários**, v. 32, n. 1/2/3, p. 148-173, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/estudosuniversitarios/article/view/256416>. Acesso em: 02 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**.
- CORREIA, Telma de Barros et al. Brasil, suas fábricas e vilas operárias. **Revista Pós FAUUSP**, v. 20, p. 10-32, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i20p10-32>. Acesso em: 02 abr. 2024.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Prefácio, aditamentos e correções por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe, 1984.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. 388 p.
- \_\_\_\_\_. **Sobre a questão da moradia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FRANCISCO, Thiago Pereira. **Habitação popular, reforma urbana e periferização no Recife, 1920 – 1945**. Recife, 2013. 143 f.

- Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Recife – FUNDARPE.** Território Santo Amaro: patrimônios e potencialidades. 2010.
- GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis:** o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). Jaboatão dos Guararapes: Livro Rápido, 2007.
- GUERRA, Flávio da Mota. **Velhas igrejas e subúrbios históricos.** Recife: Fundação Guararapes, 1970.
- LAVÔR, Maria Luiza de. **Revelação moderna:** análise das vilas populares do Recife, décadas de 1940-1980. Recife, 2006.
- LIMA, R. M. C. **A cidade autoconstruída.** Recife: Editora UFPE, 2012.
- LIRA, José Tavares de. **Mocambo e Cidade:** Regionalismo na Arquitetura e Ordenação do Espaço Habitado. São Paulo: Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1996.
- \_\_\_\_\_. A construção discursiva da casa popular no Recife (década de 30). **Análise Social**, São Paulo, v. 29, n. 127, p. 733-753, mar. 1994.
- LIRA, José Tavares Correia de. O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 1, n. 1, p. 47-78, 1999b.
- LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.** Editora Marco Zero, 1988.
- MENEZES, José Luiz Mota; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. **Atlas Histórico e Cartográfico do Recife.** Recife: Editora, 2017.
- MENDES, Aline Silva. **O processo de dilapidação do patrimônio urbano-arquitetônico das vilas operárias e populares:** o caso de Santo Amaro, Recife-PE. Recife, 2023.
- MONTALVÃO, Camila S. L. Lyra et al. **Questão Social e Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940:** a política contra os mocambos. 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília, 2019.
- MORAES, Renata P. S. **“O mal do mocambo”:** O discurso de Agamenon Magalhães e a busca pela moral e cidadania no Recife (1937-1945). XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1984.
- PERNAMBUCO. **Relatório da Liga Social Contra o Mocambo, 1939 – 1941.** Recife: Imprensa Oficial, 1941.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Liga Social Contra o Mocambo, 1939 – 1942.** Recife: Imprensa Oficial, 1942.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Liga Social Contra o Mocambo, 1939 – 1943.** Recife: Imprensa Oficial, 1943.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Liga Social Contra o Mocambo, 1939 – 1944.** Recife: Imprensa Oficial, 1944.

\_\_\_\_\_. **COMISSÃO CENSITÁRIA DOS MOCAMBOS DO RECIFE.** Observações Estatísticas sobre os mocambos do Recife. Recife, 1923.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Regulamento de Construções de 1936,** aprovado pelo Decreto n. 374 de 12 de agosto de 1936.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.051 de 11 de setembro de 1919. Dispõe sobre as construções, reconstruções, reformas e concertos no Município do Recife. **Diário Oficial do Estado,** Recife, Seção Governos Municipais, n. 205, 1919.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar:** a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REYNALDO, Amélia. **Origem da Expansão do Recife:** Divisão do solo e configuração da trama urbana. Recife, 2017.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos modernos:** histórias da cidade do Recife na década de vinte. 2. ed. Recife: Ed. UFPE, 2016.

SANTANA, Andresa Bezerra de. **Dos mocambos aos arranha-céus:** o processo de formação do solo e estruturação espacial do bairro de Santo Amaro, Recife. Recife, 2019.

SILVA, Regina Ferreira da. **Caracterização de vila inserida no contexto urbano.** São Carlos: UFSCar, 2011. 133 f.

TIMM, Juliane Aimé. **Habitações Operárias no Brasil:** arquitetura e urbanismo da habitação social na primeira metade do século XX. Porto Alegre, 2015.

VIANA, Mônica Peixoto. **Habitação e modos de vida em vilas operárias.** São Paulo, 2004.